

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO  
CURSO BIBLIOTECONOMIA7  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

**ELISABETH BRENTANO**

**O LIVRO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL NA ERA DA INFORMAÇÃO**

**Porto Alegre  
2004**

**ELISABETH BRENTANO**

**O LIVRO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL NA ERA DA INFORMAÇÃO**

Monografia elaborada como requisito para conclusão da disciplina BIB03037 – Trabalho de Conclusão de Curso, sob coordenação da Profa. Iara Conceição Neves e Prof. Valdir José Morigi, do Departamento de Ciências da Informação, do Curso de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul..

**Orientador: Prof. Dr. VALDIR JOSÉ MORIGI**

**Porto Alegre  
2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof.Dr. José Carlos Ferraz Hennemann

Vice Reitor: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretor : Prof. Dra Márcia Benetti Machado

Vice Diretor: Prof. Bel. Ricardo Schneiders da Silva

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Prof. Dr. Valdir José Morigi

Chefe Substituto: Profa. Ms. Itália Maria Falceta da Silva

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Profa. Dra. Iara Conceição Bitencourt Neves

Coordenadora Substituta: Profa. Esp. Glória Isabel Sattamini Ferreira

## Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

B839l Brentano, Elisabeth, 1956 -

O livro e a construção da memória social na Era da Informação/  
Elisabeth Brentano; orientador Valdir José Morigi. Porto Alegre, 2004.

53 f.

Trabalho de conclusão de curso – UFRGS, Fabico, 2004

1. Biblioteconomia 2. Livro 3. Informação 4. Memória individual  
e coletiva 5. Memória social 6. Memória eletrônica 7. Memória -  
História 8. Memória - Informação I. Morigi, Valdir José II. Título.

CDU 002:159.953(043.2)

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705 – 5º andar

Bairro Santana

Porto Alegre (RS)

CEP 90035-007

Telefone: (51) 3316.5146

Fax: (51) 3316.5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

Dos diversos instrumentos utilizados pelo homem, o mais espetacular é sem dúvida, o livro, os demais são extensões do seu corpo: o microscópio, o telescópio são extensões de sua vida; o telefone é a extensão de sua voz; em seguida temos o arado e a espada, extensões de seu braço, o livro, porém é outra coisa: o livro é uma extensão da memória e da imaginação.

Jorge Luis Borges

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Prof. Valdir Morigi pela competente orientação prestada para a realização deste trabalho.

À Irma Clara, amiga e irmã de todas as horas, sempre tão presente para solucionar, para brincar, para sorrir e dividir suas alegrias e experiências.  
À Stella, bibliotecária e amiga, pelos bons momentos que passamos na faculdade e também pelo seu apoio neste último semestre.

Ao meu filho Caio, pelo auxílio na elaboração do abstract, por sua paciência, parceria e carinho durante a elaboração deste trabalho.

À minha família, pelo companheirismo e pela compreensão.

## RESUMO

Este estudo procura refletir sobre o lugar do livro, como suporte de informação e comunicação de massa, na construção e preservação da memória social na Era da Informação. Buscou-se identificar os novos suportes de informação e verificar de que forma o livro convive com as novas tecnologias digitais. A partir da pesquisa documental sobre o tema concluiu-se que sua função na contemporaneidade continua sendo de um importante suporte disseminador de informação e responsável pela preservação da memória social. O livro e as tecnologias digitais convivem como instrumentos complementares das ações do homem no processo de construção, e também na preservação, da memória social dentro do contexto cultural em que estão inseridos.

*Palavras-chave:* Informação e Memória. Memória social. Memória coletiva. Livro. Tecnologias digitais.

## ABSTRACT

This study tries to make a reflection about the role of the book as a form of support to mass information and communication, in the construction and preservation of social memory in the Information Age. We have tried to identify the new types of information support as well as verify how the book acts together with the new digital technologies. From documental research about the subject, one can conclude that it is still being used as an important disseminating support of information and it is responsible for the preservation of social memory. The book and the digital technologies act together as supplementary tools for the actions of the man in the construction and preservation processes of social memory, inside the cultural context that they are inserted.

*Key - words:* Information and memory. Social memory. Collective memory. Book. Digital Technologies.

## SUMÁRIO

	P.
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>12</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
<b>3 INFORMAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
3.1 NECESSIDADE E USO DA INFORMAÇÃO.....	16
<b>4 MEMÓRIA SOCIAL.....</b>	<b>19</b>
4.1 MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA.....	21
4.1.1 Memória oral.....	25
4.1.2 Memória escrita.....	26
4.2 MEMÓRIA – REGISTRO DA HISTÓRIA.....	29
4.2.1 Tecnologias digitais: memória eletrônica.....	30
<b>5 O LIVRO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO.....</b>	<b>36</b>
<b>6 O LIVRO E A MEMÓRIA SOCIAL: CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Vou iniciar justificando a escolha do tema a partir da minha relação com os livros. Começou na infância, ainda na fase em que eu começava a aprender a pronunciar as primeiras palavras. Naquela época, a escrita para mim não passava de um amontoado de símbolos desconectados e incompreensíveis. Lembro do meu primeiro livro, era colorido e repleto de desenhos e figuras, com personagens que, antes, eu só conhecia através das histórias narradas pelos meus pais e avós. Como diz o ditado popular “foi amor à primeira vista”, mas no meu caso foi paixão ao primeiro toque.

Mais tarde, ao entrar para escola, percebi como era vasto o mundo dos livros quando visitei pela primeira vez uma biblioteca. Nela encontrei um espaço com diferentes tipos de livros. As atividades como a hora do conto, o manuseio com as revistas e a leitura dos livros começaram a fazer parte de meu cotidiano escolar e tiveram papel fundamental na minha formação como leitora e apreciadora dos livros. Esta etapa representou minha introdução no universo da linguagem escrita e se constituiu um importante passo na construção de um novo olhar sobre o papel do livro como suporte de informação.

A trajetória da minha vida fez com que eu cultivasse um amor especial por eles, o que me levou a estar sempre com um exemplar ao alcance da mão, na bolsa, na cabeceira da cama ou me despertando interesse e curiosidade em alguma vitrine de livraria. Esse amor foi crescendo na medida em que ele, como suporte, supria minhas necessidades de informações. Com o tempo, o livro tornou-se meu melhor companheiro, e percebi que para mantê-lo durável e íntegro, ele necessitava de

cuidados especiais. Isto me levou a fazer cursos sobre preservação, recuperação e encadernação. Desta forma, aprendi diferentes maneiras e técnicas de como conservar e dar vida longa aos livros. Assim eles podem resistir às intempéries do tempo e conquistarem novos apaixonados como eu.

Um dos motivos que me despertou o interesse em ingressar no curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS foi, com certeza, essa minha relação afetiva com o livro. No início do curso tive uma disciplina que tratou da história dos suportes de informação e das bibliotecas, e nela foram tratados dos antigos suportes, e também das novas tecnologias digitais: o computador e todas as suas possibilidades de produção, armazenamento e recuperação da informação. No princípio, minha relação com essas tecnologias foi bastante fria, pois meu “coração já tinha dono”. Contudo, mesmo resistente, sentia necessidade de conhecer esses novos suportes de informação, que hoje ocupam um lugar considerável na vida das pessoas, e são cada vez mais indispensáveis nas rotinas de trabalho do bibliotecário em muitas bibliotecas e também de outros profissionais.

Sem dúvida, entre os méritos das tecnologias digitais está o fato delas permitirem que cada usuário, seja ao mesmo tempo, um autor e um leitor, pois possibilita a comunicação em rede, de forma rápida e em tempo real, ao contrário do livro, que é temporal. O livro carrega em si a história. Ele tornou-se o símbolo da história, da memória e do registro da cultura. Com ele se abriu a possibilidade de se conhecer o passado, o presente e projetar o futuro.

No decorrer de minha trajetória acadêmica, percebi que as tecnologias digitais, com sua linguagem própria, ganharam grande espaço como fonte de informação. Consultar a Internet, por exemplo, tornou-se um hábito comum na tarefa de realizar os trabalhos acadêmicos. Isso não fez diminuir meu sentimento em relação aos livros, ao contrário, fez com que eu me preocupasse com seu futuro. Na época, dispunha de pouco tempo, e nem tinha embasamento suficiente, para questionar e tentar entender o significado do processo de mudança de suportes em curso. Uma mudança imposta pelo paradigma informacional, que tem na informação e no conhecimento a fonte propulsora de riqueza e produção. O que proponho hoje, neste estudo, é realizar uma reflexão sobre o papel do livro na Era da Informação, a era do computador e das tecnologias digitais.

Diante da emergência da Sociedade da Informação e com ela o uso cada vez mais intenso dos suportes eletrônicos, o livro irá desaparecer? O livro conviverá com outros suportes de informação? De que forma será esta convivência? Qual será sua função como suporte da memória social? Com os novos suportes de informação como os homens irão preservar a memória social? Como o tema vem sendo abordado pelos estudiosos?

Frente a estas questões levantadas, busquei as respostas através de pesquisa de revisão documental, procurando pistas em diferentes áreas do conhecimento, mostrando como diferentes autores, tais como Yves-François Le Coadic, Bruno Latour, K.J. McGarry, Roger Chartier e Pierre Lévy, abordam o tema. Assim, o trabalho foi estruturado em três seções principais.

No primeiro momento procurou-se definir a informação por considerá-la o motivo principal que levou o homem a procurar formas de registrar e transmitir seus conhecimentos às futuras gerações, propiciando assim, a construção da memória social.

Num segundo momento enfocou-se a memória social. Através dela é possível remontar o passado, compreendendo-o no presente e projetar o futuro. Três elementos estão relacionados nesse processo: a memória individual, a memória coletiva e o registro do conhecimento adquirido. A partir das diferentes tecnologias da inteligência, a princípio a oralidade, através dos homens memória; a escrita, através das tábuas de argila, os pergaminhos, o papel, com a invenção da imprensa, os livros, e contemporaneamente, as tecnologias de informação e comunicação, será possível compreender a evolução e a socialização do conhecimento.

Por fim, foram abordados o livro, objeto símbolo da história, que sobrevive a toda sorte de predadores, as tecnologias digitais, que abriram um leque de possibilidades de produção, armazenamento e recuperação de informações, e a construção da memória social, fenômeno coletivo e condição indispensável para a existência e continuidade histórica de um povo na Era da Informação, a era dominada pelo paradigma da *velocidade* da informação.

É importante destacar que este estudo não tem a pretensão de esgotar o tema. Ao contrário, a intenção é propor algumas reflexões, e a partir delas gerar novas discussões e debates do tema.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar a função do livro como suporte da memória social na Era da Informação.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Examinar o lugar do livro na era das tecnologias digitais;
- b) Identificar de que forma o livro (constrói) preserva a memória social;
- c) Verificar de que forma o livro convive com as tecnologias da informação e comunicação.

### 3 INFORMAÇÃO

A palavra informação é de origem latina e significa *informare*: dar forma, colocar em forma, criar, construir uma idéia ou uma noção. Ela tem origem na sociedade e existe em função dela. O termo *informação* possui diferentes definições. Comunicação, dado, instrução e conhecimento são alguns exemplos empregados para definir informação. Usamos, absorvemos, assimilamos, manipulamos, transformamos, produzimos e transmitimos informação durante todo o tempo, o tempo todo. A informação é o ingrediente básico para que a evolução aconteça e para que o desenvolvimento humano se realize de forma plena e completa. (MARANHÃO, 2002)

Para Le Coadic (1996, p.5), “Informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”. Já para Setzer (1999, p. 2) “Informação é uma abstração informal que representa algo significativo para alguém através de textos, imagens, sons ou animação”. Estas definições mostram que a informação é uma relação que deve ser representada de alguma forma (mensagem), para alguém (receptor) e transmitida por algum tipo de canal (meio). Observa-se que a informação é apresentada como uma caracterização de um produto. A informação pode ser aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente. Ela é algo que altera a natureza das coisas ou as relações dentro de um contexto. (MCGARRY, 1993).

As diferentes definições de informação apresentam freqüentemente o emprego de metáforas para explicar seus atributos. Segundo Latour (2000, p.22):

A informação não é um signo, e sim uma *relação* estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma *periferia* e o segundo, que se torna um *centro*, sob a condição de que entre os dois circule um *veículo* que denominamos muitas vezes forma, mas que, para insistir em seu aspecto material, eu chamo de *inscrição*. [Grifo do autor].

A abordagem de Latour mostra que existe implicitamente uma relação de poder entre os dois lugares, a periferia e o centro, e que as informações ou inscrições não são mensagens neutras. No processo de troca entre o mundo interior e o exterior se determinam os conteúdos da informação, que não é recebido passivamente pelos sujeitos sociais. Neste processo, a informação apresenta duas dimensões intrinsecamente conectadas, a pessoal e a coletiva. A dimensão pessoal está ligada a dois aspectos, quais sejam, o estímulo interno que é a parte mental do ser humano e o estímulo externo que se refere àquilo que o homem percebe através de seus sentidos. A dimensão coletiva refere-se as emoções, as crenças, as idéias, etc., e o estímulo externo, que está baseado nas sistematizações e interpretações de experiências vividas socialmente, distintas entre os indivíduos, de acordo com seu espaço social. (MARANHÃO, 2002).

Araújo (2001, p. 5), lembra que “[...] a informação pode ser compreendida como um processo de atribuição de sentido [...]”. Este processo ocorre através das ações de codificação, emissão, decodificação e uso da informação, ou seja, a informação somente possui poder de ação quando adquire a condição de mensagem. As mensagens vêm por meio dos sentidos que os homens atribuem as suas ações e ao mundo, que se manifestam por meio de estímulos internos e externos expressos através de signos e símbolos. Para McGarry (1999, p.14) “[...] os signos e símbolos funcionam como repositórios de significados dentro de uma cultura e sem eles os

seres humanos seriam presos do tempo e incapazes de armazenar sua cultura registrada [...]”.

Os símbolos são utilizados na transmissão, intercâmbio e registro de significados e compreensão humanos. Eles permitem a construção de sistemas de comunicação mediante os quais a ação social existe, continua e se transforma ao longo do tempo. Já os signos são indícios físicos da presença imediata da coisa ou evento que representa, como uma fumaça é indício de fogo. Um gesto convencional pode significar uma idéia, como erguer o dedo polegar significa aprovação. Signos e símbolos são processos verbais e não verbais, pelos quais a informação é transmitida e comunicada entre os seres humanos. (MCGARRY, 1999).

Segundo essa abordagem, a informação permite ao emissor limitar-se à forma, sem ter o embaraço da matéria. Assim, as palavras, os gestos, os sinais, os desenhos, as frases, as caretas, interpretam cada um a sua maneira, uma rede de mensagens que entram num sistema chamado de memória. Através da memória o homem manifesta, em seu ambiente, as experiências vividas individual e coletivamente, desta forma reconhecendo ou não as mensagens recebidas, como parte do processo de seleção, de armazenamento e de uso das informações, como orientação para a construção dos conhecimentos passados, imediatos ou futuros.

Mais do que apenas conhecimento, a informação é um objeto com enfoque social, pois, existe e sobrevive associada ao contexto cultural em que ocorre sua transmissão, sendo então passível de constantes interferências do homem. A cada instante, um novo comentário, uma nova interpretação, um novo desenvolvimento



podem modificar o sentido de uma proposição, quando de sua emissão. (LÉVY, 1997). Nesse sentido, entende-se informação como formadora da cultura ao apresentar alternativas possíveis de transformar, ajustar e redefinir as mensagens, dando margem à materialização de diferentes manifestações culturais.

Na contemporaneidade, com o desenvolvimento das tecnologias digitais, a informação foi afetada de forma mais inédita e radical desde o surgimento da invenção de Gutemberg. Atualmente, as tecnologias eletrônicas permitem que a troca informacional encurte tempo e distância entre emissor e receptor, permitindo que conversem com a mesma proximidade como se estivessem sentados “frente a frente”, e, principalmente, transformaram a informação em um meio de massa para a criação, comunicação e simulação. (KUMAR, 1997).

### 3.1 NECESSIDADE E USO DA INFORMAÇÃO

Não é muito fácil definir “a real” necessidade de informação, pois ela é governada por uma série de exigências de diversas ordens cognitivas sociais, culturais, econômicas que vão depender muito de tipo de sujeito e de todo o contexto a sua volta. O conceito de necessidade está intimamente ligado à idéia de motivação. (MCGARRY, 1999). Tudo o que estiver relacionado com aquilo que o homem está tratando no momento é relevante se saciar um desejo ou uma exigência.

Para Figueiredo (1983), “[...] o uso é o que o indivíduo aplica efetivamente a algo imediato e concreto [...]”. Portanto, o uso da informação compreende muito mais

que as demandas ou necessidades, constituindo-se como ação formadora do indivíduo, promovendo uma mobilização no conhecimento do sujeito, sendo de vital importância em todos os segmentos da sociedade.

A informação é vista como uma ferramenta muito valiosa e útil para todos os seres humanos em qualquer atividade na vida, portanto, necessidade de informação é vista como uma carência de algo para melhor desenvolver atividades de trabalho, estudo e lazer. Esta necessidade de informação está diretamente ligada com o espaço de vida que o homem ocupa. Trata-se de um processo de percepção e interpretação através do qual são selecionadas algumas informações como realmente úteis à determinada situação. O que, por exemplo, num momento, é importante para um professor, no seu ambiente, com certeza não terá a mesma relevância para um agricultor. Entretanto este distanciamento não implica em não se relacionar um com o outro, ao contrário, a troca de informação possibilita a interação, a construção e a socialização do conhecimento.

Segundo McGarry (1999, p.6) “[...] nossa eficiência como seres humanos depende do que fazemos com as informações: o que ignoramos, o que aceitamos; como armazenamos, e como utilizamos este acervo de informações como guia para ações futuras em busca de conhecimento e sabedoria [...]”. A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável. Este processo está diretamente ligado às exigências da vida social, cognitiva, de saber do indivíduo, de forma individual e coletiva, seja no processo comunicativo ou na construção do conhecimento. A socialização da informação é fator determinante na construção da identidade de uma sociedade. Sem o acesso à

informação, não há a possibilidade de vivenciar a cidadania como algo real. A idéia é simples: se o cidadão não conhecer seus direitos e deveres, não terá as condições para lutar pelo seu exercício. (ARAÚJO, 1999).

Nessa abordagem, toda informação é social. Está presente em todas as áreas do conhecimento humano, e nos dias de hoje pensar em informação, significa visualizar, perceber e apreender, de forma contextualizada, sua inserção na sociedade da informação, em meio ao fenômeno da globalização da economia e, no âmbito de todas as transformações de natureza social, tecnológica e cultural que afetam o homem moderno. (MARANHÃO, 2000).

A informação opera em um contexto global. Os avanços da eletrônica (o rádio, a televisão, a Internet) mudaram a forma como as pessoas têm acesso e lidam com a informação, que pode ser processada, selecionada e recuperada para satisfazer as necessidades mais especializadas e individualizadas de cada usuário. Se o homem atingiu este nível de desenvolvimento no universo informático contemporâneo é porque dispõe de um extraordinário instrumento de armazenamento de informação, que é a memória e através dos diferentes suportes desenvolvidos ao longo de sua evolução, a possibilidade de propagação das representações para a construção de sua memória social.

## 4 MEMÓRIA SOCIAL

Na mitologia grega, a memória era uma deusa, *Mnemosine*, filha de Urano (Céu) e Gaia (Terra) que, unida a *Zeus*, gerou as nove musas, divindades responsáveis pela inspiração poética e pelo saber. Memória é tudo aquilo do que uma pessoa se lembra, como também sua capacidade de lembrar. É a aquisição, o armazenamento e a evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizado, é o processo de aprender. Evocação significa lembrança, recordação e recuperação de uma informação. Sua ação está relacionada à sua transmissão, seja por via oral, escrita ou visual. Ela fornece identidade a um determinado grupo, é a bagagem que carregamos neste mundo, herdada das culturas passadas que construíram a civilização presente. (NORA, 1993).

A memória é o que permite ao ser humano remontar no tempo, buscando relações no passado para melhor compreender os acontecimentos presentes. Segundo Pomian (2000, p.2), “[...] os acontecimentos individuais, os coletivos, as pessoas e os lugares são os elementos formadores da memória [...]”. São os elementos da temporalidade: passado, presente e futuro. Entretanto, memória não é história e nem tampouco representa um depósito de tudo o que nos aconteceu, ela é, por excelência, seletiva. Nem tudo fica registrado, pois a memória é construída nos referenciais sobre passado e presente de um determinado grupo social, baseado nas tradições e nas mudanças culturais. Já a história é a narrativa construída e baseada nas lembranças vividas por este grupo social que se vale da memória como uma fonte de informações. (LÉVY, 1996).

Segundo Duarte (2003, p.305), “[...] a memória tem a função que garante, em toda sociedade, o domínio, a preservação, a transmissão e a continuidade de todas as coisas [...]”. Ela lega, às gerações futuras, testemunhos de modos de pensar, de agir e de sentir de uma cultura. A memória é uma arte da linguagem, como apresenta a definição de Von Simson (2000, 63): “A memória é a capacidade de reter fatos, experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações, através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos, etc.)”.

Compreende-se memória como algo que se distingue do presente, mas que, ao mesmo tempo, o compõe. É uma das fontes para o conhecimento do passado que tem várias funções, tais como: toda consciência do passado está fundada na memória; através das lembranças recuperam-se acontecimentos anteriores, distingue-se o ontem de hoje e confirma-se a existência de um passado. Esta confirmação, por sua vez, confere um sentido de identidade a uma cultura. Ao conhecer o passado, cria-se uma noção de continuidade. (LE GOFF, 1996).

Em outro registro, a memória pode ser caracterizada como de curto prazo, ou memória de trabalho, e de longo prazo. A memória de curto prazo mobiliza a atenção e a repetição é a melhor forma para gravar as informações recebidas. Ela trabalha com dados por algumas horas até que sejam gravados de forma definitiva. Já a memória de longo prazo é a que retém de forma definitiva a informação, permitindo sua recuperação ou evocação. Nela estão armazenados todos os conhecimentos adquiridos pelo homem. Ela está associada a relação de causa e efeito, existe a interação entre emissor e receptor das mensagens, e quanto mais os sujeitos estiverem envolvidos emocionalmente com uma informação, mais fácil será

lembrá-la. Esta seria a característica da memória nas sociedades orais, onde o envolvimento pessoal e emocional são condições fundamentais para reter e transmitir as informações consideradas importantes. (LÉVY, 1993).

A importância do papel da memória na sociedade é definida de forma bastante clara por Le Goff (1996, p.46) ao afirmar que “[...] ela é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades [...]”. A formação dessa identidade é um fenômeno que se produz em referência a si próprio e aos critérios de convivência com a comunidade em que o indivíduo está inserido. Portanto, a memória é socialmente construída. Ela é ao mesmo tempo subjetiva ou individual, porque se refere às experiências únicas do indivíduo, e social, porque é coletiva, se baseia na cultura de um agrupamento social.

#### 4.1 MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA

A memória individual são as experiências e lembranças que concernem apenas ao indivíduo. Contudo, estas mesmas lembranças também são coletivas, pois se alicerçam em um conjunto de memórias, que estão inseridas em um grupo, que por sua vez, fazem parte de uma determinada comunidade. Estas lembranças passam de geração em geração, sendo compartilhadas por vários indivíduos que tomam contato com elas através da oralidade ou da escrita. As lembranças e as experiências pessoais se apóiam nas lembranças do grupo. (NORA, 1993).

Assim, a lembrança, ao lado da tradição é responsável pela permanência e sobrevivência das histórias de uma cultura, pois sem ela não há memória, nem a possibilidade de recuperá-la. Conforme assinala Bosi (1987, p.17), “[...] ela envolve aspectos subjetivos do relacionamento de um indivíduo com os diferentes grupos sociais e na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens de hoje as experiências vivenciadas no passado [...]”. Ou seja, a lembrança é uma imagem construída, porque a percepção dos fatos vivenciados pelo homem no passado, é alterada conforme os valores adquiridos ao longo de sua vida. O instrumento socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural as lembranças do passado com as imagens no tempo presente.

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com os grupos de convívio social, de estudo e de trabalho. São as instituições formadoras do sujeito. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Ansaldi (2002, p.31) expressa a memória individual como:

<sup>1</sup>Nós não temos uma memória única: ela é formada com a ajuda das lembranças dos outros. Nossa memória é formada por fatos e relatos que nos são transmitidos [...] ela depende do curso da história dos grupos a qual pertencemos.

---

<sup>1</sup>Original em espanhol: ” Cada uno de nosotros no recuerda solo: recuerda com el aporte o la ayuda de los recuerdos de otros, de modo tal que “nuestros recuerdos se encuentran inscritos em relatos coletivos [...] que dependió el curso de la história de los grupos a los que pertencemos.”

Essa abordagem mostra que o ser humano nasce dentro de estruturas de aprendizado e comportamento que já existiam e que o modo de pensar individual sofre flutuações, transformações e mudanças constantes, de acordo com as ações e as informações assimiladas pelo grupo a que está inserido.

A memória coletiva é constituída por uma sucessão de memórias individuais, cada uma ligada a outra, e recebendo recordações como se fossem suas, situadas em um determinado espaço de tempo, e na multiplicidade dos acontecimentos nos grupos em que os indivíduos estão inseridos. Denominamos então, de memória coletiva aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Ela geralmente materializa-se em suportes manuscritos e inscrições em monumentos.

Essas inscrições se expressam nos lugares da memória que são as arquiteturas, os hinos oficiais, quadros, obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade, constituindo-se como a memória social estática e impossibilitada de ser organizada. (NORA, 1993). Le Goff (1996, p.44) expressa a necessidade de lembrar dos verdadeiros lugares da história:

Aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e denominadores da memória coletiva: estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.



A respeito do papel da memória coletiva dentro de um contexto social sublinha Le Goff (1966, p.46) “[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas ou emergentes lutando todos pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção de suas identidades [...]”. A permanência e preservação da memória são essenciais para a continuidade de uma cultura. O ser humano nasce dentro de estruturas de comportamento e aprendizado que já preexistiam, e as utiliza para extrair informações sobre a comunidade em que está inserido. Este aprendizado está nos monumentos e nos documentos legados pelos nossos antepassados. (MCGARRY, 1993).

No processo de construção da identidade de uma sociedade existe um jogo de poder, que escolhe o que lembrar e o que esquecer. E a memória, por ser carregada por grupos vivos, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, sendo então vulnerável a todos os usos e manipulações. Ansaldi (2002, p.34) situa “[...] a memória coletiva em duas áreas diferentes: a memória coletiva do poder e a memória coletiva dos dominados [...]”. A memória do poder é aquela que tende a exercer o controle de uma sociedade, onde classes dominantes criam mecanismos de manipulação das informações aos grupos dominados, levando-os ao esquecimento e ao silêncio a fim de que as referências do passado não se tornem obstáculos para a aceitação de novas formas impostas aos interesses econômicos e políticos dos setores dominantes.

Por outro lado, esclarece Von Simson (1997, p. 63), “[...] existem as memórias subterrâneas ou marginais que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade [...]”. Estas memórias geralmente não

estão nos monumentos e nem gravadas em suportes concretos como, por exemplo, em textos e/ou obras de arte. Elas geralmente se encontram muito bem guardadas no âmago de famílias ou grupos sociais dominados nos quais são cuidadosamente passados de geração a geração. Expressam-se quando conflitos sociais as evocam, quando são analisadas e registradas, passando então a fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade.

Neste registro, é importante salientar que a memória tem o poder de “resgatar” o passado para compreender o presente e idealizar o futuro, e através dela se tem a possibilidade de (re) interpretação e (re) elaboração dos fatos sob a ótica não apenas dos vencedores, mas também dos vencidos, promovendo assim a formação, informação e participação múltiplas dos grupos sociais na construção de suas tradições e identidades. O poder da memória está, também, relacionado à forma de sua transmissão, seja via oral ou por meio da escrita.

#### **4.1.1 Memória oral**

A oralidade é a forma de registro mais primordial que possuímos. É a verbalização da nossa memória. De forma seletiva, grupos e indivíduos articulam suas experiências passadas formulando uma narrativa histórica acerca de suas trajetórias. Esta narrativa é construída e reconstruída segundo perspectivas presentes e ao mesmo tempo constitui a base a partir da qual se vislumbra o futuro.

O ser humano sempre procurou formas de registrar e transmitir seus conhecimentos. Nas sociedades orais, a história dependia da memória humana

associada ao manejo da linguagem, onde o narrador adaptava sua história às circunstâncias, aos interesses e conhecimentos de seu público. Seus membros exploravam ao máximo este recurso, pois era o único instrumento de inscrição que dispunham na época. Utilizavam ferramentas como a narrativa e a dramatização para contar histórias e descrever suas experiências vividas. (POMIAN, 2000).

Como esclarece Levy (1993, p.82) "[...] estes artifícios narrativos diversos, as rimas e os ritmos dos poemas e dos cantos, as danças e os rituais, não visavam apenas dar prazer ao espectador, mas tinham o objetivo de dar perenidade ao conhecimento transmitido [...]". Nessas culturas, compostas por memórias humanas, as representações que sobrevivem são aquelas que envolvem relações de causa e efeito carregadas com uma forte carga emotiva, pois a transmissão oral era ligada direta e ininterruptamente de relações pessoais.

Estas sociedades podiam ser classificadas em primárias e secundárias conforme as técnicas usadas de comunicação. A oralidade primária remete ao papel da palavra, antes do advento da escrita, e está quase toda fundamentada nas lembranças dos indivíduos, principalmente na memória auditiva, e a secundária está relacionada a um estatuto da palavra, que é complementar ao da escrita. (LEVY, 1993).

#### **4.1.2 Memória escrita**

A escrita, através de gravuras rupestres, tábuas de argila, pergaminhos e o papel possibilitou ao homem maior autonomia para interpretar o mundo. A revolução

da escrita foi a primeira das grandes revoluções da comunicação na história da humanidade. Segundo Gutierrez Perez (1978, p.16), “[...] com a escrita nasce uma civilização diferente. A técnica da escrita pode desafiar o tempo e o espaço [...]”. Não há segurança entre a exatidão dos fatos transmitidos oralmente e os registrados pela escrita, porém os registros têm a vantagem de poderem ser consultados em qualquer época, por diferentes gerações.

Com a invenção e o desenvolvimento do alfabeto a humanidade passou a registrar e comunicar idéias por meio de símbolos visuais. Conforme nos esclarece Lévy (1993, p.95), “[...] é neste período que acontece a objetivação da memória que separa o conhecimento da identidade pessoal ou coletiva [...]”. Como o alfabeto possibilitou ao homem externalizar suas idéias, ele também permitiu ao homem avaliar criticamente as próprias opiniões e as dos outros. Esta abordagem mostra que as informações registradas são agora passíveis de análise e exames, onde a verdade independe dos sujeitos que a comunicam. E a partir do momento em que se registra o pensamento em formas que lhes são externas, estabelece-se um sentido de tempo histórico, que é a história registrada.

Nesta linha de pensamento, Levy (1993, p.88) acrescenta que, “[...] a escrita criou uma nova situação: a possibilidade de separar o documento escrito das circunstâncias particulares em que foram produzidos, e dessa forma, abrir um intervalo de tempo entre a emissão e a recepção dos documentos [...]”, afastando a interação entre emissor e receptor e com isso possibilitando riscos de mal entendidos, de perdas e erros na comunicação. É interessante observar que existem diferenças e semelhanças nas sociedades de memória oral e nas sociedades de

memória escrita. Enquanto na primeira toda a construção da identidade cultural está baseada nas lembranças, sendo portanto sujeita a esquecimentos e manipulações de quem tem o poder das informações, na segunda a escrita temporiza as narrativas diversas, textualizando os sentidos, mas sendo também passível a interpretações equivocadas, correndo riscos de tornar-se obscura para o leitor. (LEVY, 1993).

Com a escrita, as representações perduram em outros formatos que não o canto ou a narrativa, tendência ainda maior quando passamos do manuscrito para os documentos impressos. Com a invenção da imprensa de Gutemberg, houve uma crescente explosão de títulos impressos, tornando o documento escrito um instrumento de difusão e preservação do pensamento registrado, pois eram impressos em maiores quantidades, então tinham mais chances de durar. O documento escrito e impresso reproduz, no domínio da comunicação, a relação com o tempo e o espaço, desempenhando papel fundamental de permanência dos fatos na história. (MCGARRY, 1999).

Nas sociedades orais que existiram no passado, nas quais o volume de informação era consideravelmente mais restrito, a memória era organizada e retida pelo conjunto de seus membros, cabendo aos mais velhos o papel social de guardiões da memória, os quais se incumbiam de transmiti-la às novas gerações. Já na contemporaneidade, cada vez mais se diversificam os suportes para o registro da memória (documentos, fotografias, vídeos, músicas, base de dados, etc.) e ao mesmo tempo, devido ao enorme volume de informações, fez surgir instituições (museus, bibliotecas e centros de memória) especialmente voltadas ao trabalho de

guarda, manutenção e divulgação da memória dos grupos sociais. (VON SIMSON, 1997).

Pode-se afirmar, a partir destas considerações que a construção e registro da memória social estiveram sempre ligadas ao advento de uma nova tecnologia. Memória e tecnologia não se separam porque, em todas as épocas, cada momento sempre pode ser identificado com seu correspondente tecnológico. Quando se faz, por exemplo, referência às idades das civilizações, fala-se em idade do ferro, da pedra e do bronze que são referências às tecnologias de cada época. Pois se os fatos históricos não forem registrados, escritos ou gravados, eles se perdem.

#### 4.2 MEMÓRIA – REGISTRO DA HISTÓRIA

A memória é o registro da história, entretanto, não pode ser projetada de modo fiel no presente, pois o passado não pode, em hipótese alguma, ser reconstituído na íntegra. Conforme Nora (1993, p. 9) “[...] a memória não se aquieta, é por natureza múltipla, seletiva, vulnerável a usos e manipulações e se alimenta de lembranças vagas, simbólicas, coletivas e individualizadas [...]”. Então, a história registrada é uma ação intelectual, é a reconstrução, quase sempre incompleta, do que já passou.

Ansaldi (2002, p. 40) ao estilo de Nora, “[...] acrescenta que há uma relação de lembrança e esquecimento do próprio passado de uma sociedade conforme sua relação com os materiais da memória [...]”. Os materiais ou lugares da memória podem ser apresentados sob duas formas: pelos monumentos e pelos documentos. Monumento é tudo o que nos remete ao passado. Eles são parte do patrimônio

cultural de um povo ou de uma nação, servem como um elo entre presente e passado dando um sentido de continuidade (como uma obra de arquitetura, uma escultura). Os documentos são os testemunhos escritos, ilustrados, transmitidos pelo som, a imagem ou de qualquer outra forma.

É relevante, nesse contexto, destacar o papel do livro como suporte na construção da memória social. Na edificação da identidade cultural, os livros, a princípio, tinham apenas a função de apoio *mnemotécnico*. Com a invenção da imprensa, que permitiu um grande número de livros em circulação, eles passaram a ocupar um importante papel social dentro das sociedades. A partir do séc. XVIII surgem os dicionários e as enciclopédias através das quais o conhecimento começa a surgir organizado por tópicos, facilitando as pesquisas de informação. O livro passa a desempenhar também o papel de memória coletiva, organizada, pesquisável e dotada de mobilidade. O crescimento exponencial do número de livros também estimulou o aparecimento de bibliotecas e arquivos, o que contribuiu decisivamente para a sedimentação desta memória social. (LE GOFF, 1996).

Para Pomian (2000, p.510) “[...] monumentos e documentos, suportes da memória coletiva, são qualificações de vestígios, imagens ou relíquias através das quais é possível estabelecer uma relação com o passado que provém [...]”. Segundo o autor, estes vestígios suavizam-se com o tempo, por isso foram criadas várias técnicas para conservar estas recordações e transmiti-las às futuras gerações. Assim, surgiram as tradições orais, a escrita e na contemporaneidade, a memória eletrônica com o aparecimento de um novo tipo de memória: o banco de dados.

#### 4.2.1 Tecnologias digitais: memória eletrônica

Na contemporaneidade os novos suportes da informação são representados pelas tecnologias digitais. É o processamento da informação por computador, que utiliza a memória eletrônica. Nesse contexto, a palavra memória adquire um sentido específico relacionado com os equipamentos eletrônicos, podendo, conforme Canavilhas (2004, p. 23) “[...] ser divididos em dois aspectos distintos: a memória arquivo (hardware) e os mecanismos de pesquisa (software) geralmente comparados com a memória humana para melhor compreensão [...]”:

- a) hardware: conjunto de todos os componentes informáticos de um servidor, em especial os discos onde estão alojadas as páginas da web, o que no homem corresponderia ao cérebro, por ser esta a estrutura que guarda a informação;
- b) software: na Internet, o browser e o banco de dados permitem a navegação e a pesquisa, respectivamente, e no homem os sentidos funcionam como o browser e a lembrança como o banco de dados que organiza na memória a imagem das coisas.

A grande revolução que esta tecnologia trouxe foi a nova concepção de tempo-espaço. As informações, digitais e em rede, podem ser compartilhadas e repassadas ao mesmo tempo para todos os cantos do planeta. Estas novas possibilidades de armazenamento e busca da informação motivaram iniciativas de transportar para o mundo digital grandes bibliotecas e coleções, desterritorializando e facilitando a interação do usuário com a informação em tempo real. (LÉVY, 2000). Esclarece-se que hipertexto é onde os textos são organizados de forma não seqüencial e



aleatória, que permitem aos usuários escolher caminhos (links) e níveis de profundidade sobre o assunto escolhido,

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as novas tecnologias da informação e comunicação também fornecem mecanismos que possibilitam, cada vez mais, a ampliação do armazenamento da produção do conhecimento humano. Elas permitem a produção global de conteúdos cognitivos e informações sistematizadas. A Internet veio somar novas mudanças ao acesso e produção de conhecimento, pois possibilitou, além da democratização e difusão da informação, a possibilidade de que os usuários se tornem também produtores de informação. Por outro lado, esta interatividade pode gerar muita insegurança, pois com a modificação das regras de interação entre o leitor e estes suportes, as informações passaram a ser facilmente alteradas e/ou descartadas, já que ainda não existem normas legais padronizando e direcionando as formas de acesso .

Os sistemas de computação eletrônica estão organizados em bancos de dados que gerenciam o armazenamento e a recuperação de informações. (COIMBRA, 1989). Entretanto, é importante ressaltar a diferença entre informação e dado traduzidos neste novo paradigma das tecnologias digitais. Setzer (1999) "[...] mostra que dados são símbolos quantificados que podem ser armazenados em um computador e processados por ele [...]". Um texto é uma seqüência de dados, assim como imagens, animação e sons. Um dado é puramente objetivo e não depende do usuário. A informação é semântica, é uma abstração informal que representa algo significativo para alguém. Então não é possível processar a informação diretamente

em um computador. O que é armazenado é a sua representação em forma de dados, o seu significado depende do usuário que busca entendimento.

Essas tecnologias devem ser vistas como uma forma de disseminação da informação capaz de colocá-la de forma mais ágil e dinâmica aos usuários. O conteúdo do banco de dados é usado, mas não é lido no sentido próprio da palavra. Conforme esclarece Lévy (1993, p. 115):

A maior parte dos bancos de dados são antes espelhos do que memórias: espelhos o mais fiéis possível do estado atual de uma especialidade. Os sistemas não são feitos para *conservar* o saber do especialista, mas sim para *evoluir* incessantemente a partir do núcleo de conhecimento que este trouxe. [Grifo do autor].

A comunicação mediada por computador em suas modalidades síncronas (bate-papos) e assíncronas (lista de discussão, correio eletrônico, fóruns) permitem a utilização de ferramentas para a produção da escrita, comunicação à distância, estabelecimento de relações (links) e construção do saber. A partir das escrituras hipertextuais, o escritor, o cientista, o usuário especializado não escrevem textos, eles processam idéias. Segundo o autor, “[...] o importante é que a informação esteja sob forma de rede e não tanto a mensagem porque esta já existia numa enciclopédia ou dicionário [...]”.

A Internet é um universo virtual que vem sendo chamado de ciberespaço e seu uso está causando uma verdadeira revolução informacional, pois permite uma busca direta a todo tipo de informação, em qualquer lugar e momento. Este espaço cibernético é a instauração de todas as memórias informatizadas de todos os

computadores. É a prática, em rede, de um novo paradigma de pensamento coletivo e cooperativo onde o volume de informação disponibilizado é gigantesco. O computador sobrepõe diversas mídias (televisão, telex, rádio, telefone, livro, gravador, cinema, vídeo, fax) em um sincronismo de formas e linguagens (oral, verbal, iônica), sem se reduzir a nenhuma delas. (LÉVY, 1993).

É importante ressaltar que a Internet, ao constituir-se um universo virtual, torna-se um instrumento capaz de modificar o comportamento humano. É por meio de seu exercício que novos valores, saberes e conhecimentos passam a circular virtualmente. Ela é uma tecnologia dentro de um contexto cultural passível de moldar pessoas em termos de hábitos e preferências. Bellei (2002, p. 139) exemplifica esta idéia: “[...] O homem faz uma cadeira ou um aparelho de televisão, mas no decorrer do tempo, a cadeira e a televisão também produzem um ser humano diferente, mais sedentário ou mais habituado a ver o mundo da perspectiva da tela [...]”. O mesmo acontecendo com o processo de leitura, onde se substitui a materialidade do livro pela imaterialidade de textos eletrônicos. A leitura pessoal e qualitativa de um texto impresso, cedendo lugar à leitura dinâmica da tela de um computador.

Problemas sérios em relação aos conteúdos que se oferecem na Internet se referem à fidelidade, à permanência e à responsabilidade da mensagem ou do conteúdo. Von Simson (1997, p.65) alerta para a necessidade de o homem contemporâneo ter espírito crítico para selecionar os conteúdos disponibilizados nos meios digitais:

*Cultura é memória, pois é a cultura de uma sociedade que fornece os filtros através dos quais possam exercer o seu poder de seleção realizando as escolhas que determinam aquilo que será descartado*

e aquilo que precisa ser guardado ou retido pela memória porque, sendo operacional, poderá servir como informação importante para decisões futuras. [Grifo do autor]

Bellei ( 2002, p.139) também aborda este aspecto ao afirmar que “[...] a nova tecnologia não é apenas uma ferramenta que produz certos efeitos, mas é também um agente capaz de modificar a conduta do homem, afetando-o com a atrofia da verdadeira memória, que é interna[...]”. A capacidade seletiva, uma das mais importantes funções da memória, vem sendo esquecida. A dinâmica da informação é muito acelerada, o que hoje é conhecimento, amanhã já se tornará obsoleto, e com isso, o homem contemporâneo se vê impelido a consumir a informação de forma acrítica. Conforme o autor, atualmente o homem sofre, não por falta, mas por excesso de informação. Se por um lado essa aceleração trouxe benefícios em termos de avanços científicos, por outro trouxe o dilema da saturação da informação, pois os meios digitais possibilitam ao usuário receber, em pouco tempo, um volume inimaginável de informações compartilhada de forma instantânea e globalizada.

O livro também é uma tecnologia que armazena conhecimentos, sendo, portanto, um instrumento que afeta o comportamento de seus usuários. Entretanto, no pólo oposto das novas tecnologias, confere aos homens a capacidade para a leitura crítica das informações. Sua função primordial é conferir ao pensamento da sociedade poder de penetração e disseminação, sendo um recurso da memória que permite ao indivíduo e a sociedade compreenderem suas transformações, aproximando-os das culturas, do conhecimento e do pensamento de seus semelhantes. (DEL CORRAL, 2000).

## 5 O LIVRO : PASSADO, PRESENTE E FUTURO...

A invenção de Gutemberg acrescentou uma nova dimensão à civilização da escrita, e a história do livro esteve sempre associada a dispositivos de escrita ou de leitura. O conceito de livro, como impresso e sobretudo em papel, deriva do modelo do *códice* (*códex*) cristão (as escrituras sagradas), que foi um formato característico de manuscrito em que o pergaminho (papel feito de couro) era retalhado em folhas soltas, dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão de cadernos. Estes cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação. (CHARTIER, 1999).

Segundo Machado (1994, p. 205), “[...] o livro também esteve associado ao trabalho do copista ou escribas que reproduziam textos, em que o autor apenas ditava seus pensamentos [...]”. Eles escreviam em rolos de pergaminho, em papiro

(papel feito de vegetal) e em papel de linho (papel de tecido). Até o século XV, toda literatura existente era criada para ser recitada em público, e é por isso que o livro não pode estar associado apenas ao registro da palavra escrita. Nas sociedades orais os velhos eram considerados livros vivos, eram os homens memória. Se fossem perdidas todas as cópias impressas do livro sagrado dos indianos, não haveria problemas para sua reconstituição, pois todo cidadão indiano sabe o texto de cor. Outro exemplo é tratado no filme Fahrenheit 451, de François Truffaut, baseada numa fábula de Ray Bradbury, onde para resistir ao regime ditatorial, que colocou o livro na ilegalidade e ordenou a queima de todos os volumes, os cidadãos decidem decorar o texto integral de um livro, de modo a preservar o seu conteúdo. (MACHADO, 1994).

A história do livro tem cerca de seis mil anos. Ele é o primeiro suporte de informação e comunicação de massa que ao longo da história foi adquirindo diferentes formatos. Desde o suporte de barro, na remota Suméria, passando pelo papiro dos egípcios, pelo pergaminho dos judeus, pelo papel de trapos (papel feito de tecido) dos árabes, e o de nossos dias, confeccionado em papel de celulose, o livro, apesar de ter sua forma variável ao longo dos milênios, se manteve como um porta voz do pensamento humano. Através da leitura de seus registros, resgata-se a memória de uma cultura. (CAMPOS,1994).

Numa visão mais ampla, o livro pode ser definido como sendo todo e qualquer dispositivo através do qual uma civilização grava, fixa, memoriza, para si e para futuras gerações o conjunto de seus conhecimentos, suas crenças, ideais e experiências. Mais que um objeto, o livro é uma entidade que institui valores comunitários e identidades grupais e individuais. Eles compartilham as lutas, as

mudanças sociais e, ao pensar em um livro, estaremos assimilando a sociedade que o criou. Seu desenvolvimento, sua cultura e sua identidade. Bauman (2000, p.101) clarifica esta idéia:

Os livros estão condenados a compartilhar o destino das sociedades das quais são uma parte. Quando pensarmos em livros, vamos pensar primeiro em sociedade. Quando nos preocuparmos com o futuro dos livros, vamos olhar mais de perto para a sociedade e suas tendências. Para produzir livros ajustados à sociedade em que vivemos, vamos tentar evitar que essa sociedade se torne inadequada para os livros.

A abordagem de Bauman também reporta para duas, entre as cinco, leis de Ranganathan, bibliotecário indiano que sumarizou o papel do livro dentro de uma sociedade. Uma lei diz que “para cada leitor o seu livro”, a outra lei diz que “para cada livro o seu leitor”, ou seja, todos os indivíduos, inseridos em sua comunidade, com suas crenças e visões de mundo, devem ter acesso ao conhecimento e, por estarem inseridos em seu contexto cultural possuem necessidades diferentes.

E neste início de século, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação gerou profundas transformações na organização da sociedade e da maneira de viver individual e coletiva, onde a velocidade e a globalização da informação alterou as formas de fluxo e recepção do conhecimento gerando então um novo suporte de informação: o computador com todas as suas possibilidades de armazenamento e manipulação da informação. Neste novo contexto, onde um grande número de atividades e funções humanas são incorporadas ao computador, é conseqüência que o livro também tenha de se adaptar a esse novo suporte.

É a nova realidade virtual que Lévy (1996) explica como sendo “[...] um processo de transformação de um modo de ser em outro [...]”. O livro encontrado na

Internet não está em papel impresso, mas pode ser acessado em qualquer língua, em diferentes lugares e por diversas pessoas ao mesmo tempo. Ao invés do livro impresso, o livro digital na versão eletrônica, em CD-ROM, que pode ser lida em microcomputadores, de mesa ou portáteis. O passo seguinte é o e-book, o livro em formato digital, que pode ser visualizado através de um computador associado a um equipamento informático especificamente desenhado para a leitura de livros desta natureza.

Chartier (1999, p.104) afirma que “[...] o livro eletrônico torna possível a disponibilidade universal do patrimônio escrito [...]”. Sem materialidade, sem localização, o texto em sua representação eletrônica pode atingir qualquer leitor dotado do material necessário para recebê-lo. Esta realidade se aproxima do antigo sonho do escritor Jorge Luis Borges, o de criar uma biblioteca universal que disponibiliza todos os livros para qualquer pessoa, em qualquer lugar do planeta.

O processo de transformação gera inquietações, pois o computador pode afetar o livro de duas maneiras distintas, a primeira apenas reproduzindo-os no meio eletrônico, em lugar da página, uma tela, o que na verdade traria mais benefícios que prejuízos. A segunda maneira é a que reserva uma grande preocupação, que é a possibilidade de modificá-lo de forma radical, transformando-o em hipertexto. (BELLEI, 2002). Uma nova realidade onde o leitor tem a possibilidade de construir um texto novo a partir de fragmentos recortados e reunidos de uma escrita. Ele pode a todo instante intervir sobre os textos, modificá-los, reescrevê-los, fazê-los seus.



Seguindo esta abordagem, o autor também alerta que a revolução do texto eletrônico é uma transformação radical nos modos de organização, estruturação e formas no suporte que transmite o escrito. Compreende-se nesse aspecto, a noção de *copyright*, entendido como um direito à propriedade de um autor sobre o original de uma obra, que se perde com os atuais modos de constituição dos bancos de dados.

Com ou sem Internet a permanência do livro sofre duras críticas e, mesmo que a história cultural nos mostra que um veículo não substitui outro, ele divide a opinião dos estudiosos. Conforme nos explica Campos (1994, p.221) um dia talvez “[...] o livro venha a ter sua forma atual substituída por outra, mais rápida e mais barata, mas seguirá sendo livro, como foi o *códex* em substituição ao *volumen* (livro em formato de rolo) [...]”. Para Machado (1994, p.212) dentro de mais algum tempo, “[...] muitas bibliotecas não terão sequer um único livro impresso para expor em suas prateleiras, uma quantidade cada vez maior de livros é editada em videocassetes, em disquetes ou em CDROMs, o movimento nesse sentido é irreversível [...]”. Independente das discussões sobre o futuro do livro, o que a história nos mostra, é que a era informacional é resultado do livro e do saber readquirido através dele por leitores inventivos e criadores.

Hoje, o livro responde às necessidades culturais do indivíduo, e sua permanência, na sociedade do futuro, se deve não só a tudo que ele, historicamente, representou, mas também porque a mensagem de um livro, seja racional, prática ou emocional é sempre de ordem intelectual. O livro durará na forma que assumiu há vários séculos, porque sempre haverá alguém que prefira a

intimidade com o autor através de suas páginas. Freitag (2000, p. 115) ilustra de forma muito clara esta idéia:

Há aqueles que preferirão ler uma peça de Shakespeare, impressa em papel machê, outros darão preferência ao vídeo: terceiros, por sua vez, querem ouvir a voz de Lawrence Olivier, acompanhando as palavras sonoras com a leitura do texto. Mas também pode haver aqueles que querem sintetizar tudo isso num CD-Rom tecnicamente perfeito em que todos os seus sentidos estarão ativados: os olhos, os ouvidos e sua mente. De minha parte, prefiro levar o *King Lear* para a cama, no exemplar de couro perfumado que herdei de minha avó materna. [Grifo do Autor].

Interessante, nesse aspecto, registrar a opinião de William Gates, proprietário da Microsoft que em 1999 justificou que ler em um computador é, sem dúvida, uma experiência muito inferior que ler em papel. “[...] Até eu, que tenho a minha disposição os mais caros computadores prefiro imprimir os textos que possuem mais de quatro ou cinco páginas [...]”. (MARTINEZ, 2004).

O homem contemporâneo, mesmo tendo acesso à facilidade das novas tecnologias digitais para armazenamento e transmissão de informações, tem a satisfação intelectual e estética de ter, manusear e ler livros. A leitura nesse contexto se configura não apenas como um processo cognitivo de compreensão de sinais e símbolos, mas como parte do processo de conhecimento, de constituição de identidade individual e social, e assim como a memória, a leitura livra o homem do esquecimento.

## **6 O LIVRO E A MEMÓRIA SOCIAL NA ERA DA INFORMAÇÃO: CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO**

Os elementos básicos formadores do processo de comunicação são o contexto histórico, os canais de informação e o homem. A informação documentária pode estar contida em qualquer coisa que o ser humano desenhe, pinte, escreva ou transmita através de outros meios. A linguagem, os signos e os símbolos não formais são formadores de um sistema de ordenação da memória social. O poder da fala, das imagens e da escuta são ferramentas da mente para armazenar o conhecimento e as idéias.

O processo de transmissão da cultura de uma sociedade precisa ser passado de uma geração à outra através de ferramentas de informação, que ao longo da história foram se adaptando para acompanhar as etapas de desenvolvimento contínuo da sociedade. São as etapas da oralidade, da escrita (da imprensa) e da eletrônica. Estas etapas abrangem um longo processo de adaptação, invenção e inovação. Segundo McGarry (1999, p. 65) “[...] estas etapas não possuem pontos exatos de inflexão no tempo, porque apesar da fase oral ser considerada a primeira, ela existe na contemporaneidade mais forte do que nunca [...]”.

Lévy (2000, p.17) também esclarece que a humanidade desenvolveu três tipos de relação com o saber. Na oralidade, o saber era um ritual místico. Cita um ditado africano que diz que, quando um velho morre, é uma biblioteca que pega fogo. O segundo tipo de relação é a escrita, o saber trazido pelo livro, onde o conhecimento é representado pelo intérprete. Com o advento da imprensa, surgem as bibliotecas, onde a informação remetia de um livro a outro. O último tipo de relação com o saber está ligado, na contemporaneidade, as novas tecnologias, onde o conhecimento se encontra no espaço cibernético.

Este processo de desenvolvimento contínuo das ferramentas utilizadas na transmissão de informações também representa as mudanças por que passaram seus criadores. É importante assinalar que estas etapas não possuem pontos exatos de temporalidade. Uma nem sempre substitui totalmente a outra. Elas podem coexistir de forma complementar. Na atualidade, são fontes todos os materiais que trazem informação e transmitem o conhecimento, como as fontes bibliográficas, as organizações, as pessoas, a fotografia, a música, a internet e qualquer suporte que

preencha uma lacuna ou necessidade que está diretamente ligada às exigências de saber do indivíduo. (LEVY, 1995).

As concepções de identidade cultural vêm transformando-se ao longo do processo de desenvolvimento do homem. O uso das novas tecnologias tem propiciado uma nova concepção de memória, favorecida pela digitalização de informações e imagens e também pela suposta capacidade sem fim de armazenamento de dados. Essa capacidade infinita da ampliação da memória – embora contraditoriamente destituída de lembranças – nega o homem como suporte de sua memória.

Esta memória está sendo forjada com base no saber informatizado e encontra-se quase que totalmente objetivada em dispositivos técnicos. Conforme Lévy (1999, p. 101) “[...] A memória, ao informatizar-se é objetivada a tal ponto que a verdade pode deixar de ser uma questão fundamental, em proveito da operacionalidade e velocidade [...]”. Para o autor, ela está calcada em modelos, antigas teorias, onde segundo ele, não estão inscritos no papel, mas na dinâmica de um computador. Um modelo digital não é lido ou interpretado como um texto tradicional, ele é explorado de forma interativa e será útil, eficaz ou pertinente conforme a necessidade do usuário. Ou seja, a verdade crítica nesta nova ênfase, está voltada mais para os fatores que possam intervir na avaliação de um modelo. Não se critica o conteúdo das informações, corrigem-se os erros.

Ainda seguindo esta abordagem, os conhecimentos adquiridos com ajuda de programas de simulação, programas com capacidade para simular o ambiente e

suas reações, podem ser separados dos indivíduos e da coletividade que os haviam produzido, depois recompostos, modificados, comparados e difundidos livremente. Estas tecnologias oportunizam uma memória informacional computadorizada, como aquela capaz de acumular, homogeneizar e traduzir a memória social. (LEVY, 1999).

Entretanto, em qualquer tempo, a memória é evocação do passado. Lembrar e esquecer são componentes do processo de atualização do passado. É a memória que dá existência ao indivíduo dentro de um contexto cultural. Contida em uma máquina, ela se torna virtual e se afasta do indivíduo. Neste caso, a memória encontra-se objetivada em dispositivos automáticos. Ela acumula registros, diferente da memória humana, onde são necessárias conexões, ligações afetivas para que as lembranças ganhem sentido.

Conforme Ribeiro (2003) nos explica:

Confrontamo-nos com uma nova possibilidade de memória que não é aquela calcada na tradição dos documentos e da oralidade, como também na seleção e no esquecimento, mas sim, a que oferece, pela rede, a capacidade da democratização das informações e de realização plena de um novo humanismo através das novas tecnologias da informação.

O autor nos permite reconhecer que a informática não é apenas tecnologia; trata-se de uma nova linguagem, capaz de oferecer uma memória informacional automatizada, introduzindo mudanças na construção da memória do homem contemporâneo e construindo um novo sentido para individualidade. Neste contexto, a construção da identidade cultural da sociedade passa a conter múltiplas idéias, incluindo, sem hierarquia, histórias de vida dos indivíduos de todos os

segmentos da sociedade, e no qual a história de cada um será a construção do coletivo. O resultado será uma memória social construída a partir da diversidade (cultural, social e individual), pois as tecnologias consolidam um espaço democrático, descentralizado e aberto para a construção da memória social.

O livro continua fazendo parte da construção dessa memória social. Ele tem, na contemporaneidade, não apenas o papel de formador de culturas homogêneas, mas de um instrumento para a construção de identidades múltiplas, segundo a lógica do processo de universalização. Nesse processo, visto que esta globalização está voltada mais para o mercado econômico do que para a construção de uma igualdade social, o livro, em qualquer que seja a sua forma, mantém seu papel de registrar os valores que definem o melhor do espírito humano: a linguagem, a imaginação, a justiça e a busca de igualdade no acesso às informações.

A convivência de forma racional e combinada entre o livro e os diversos suportes do conhecimento disponível na atualidade é fundamental, pois segundo Del Corral (2000, p.134) “[...] cada uma destas ferramentas desempenha um importante papel na democratização do pensamento crítico e também na construção da diversidade cultural [...]” para assegurar aos indivíduos e à sociedade da informação um futuro com memória.

É reconhecida a dificuldade e os perigos associados ao caráter efêmero das informações digitais, devido às dificuldades de sua conservação. No contexto eletrônico deve-se considerar além da preservação física dos meios (disquetes, fitas, CD's, etc.), também a necessidade de migração dos formatos codificados, porém

ultrapassados, ou a capacidade de re-interpretação no futuro dos formatos armazenados (formatos de texto, banco de dados, etc.). Basta, por exemplo, que todos os computadores e suas memórias, imprevisivelmente, se apaguem, para que todos os dados e conhecimentos armazenados apenas neste meio digital desapareçam. (TEIXEIRA, 2002).

Com efeito, o mundo digital é, essencialmente, um mundo de mudanças e de constante dinâmica onde a tecnologia está em permanente mutação, sendo o ambiente e os objetos digitais sujeitos a revisões e atualizações. A conservação digital, porém, não se limita à questão de selecionar o que deve ser preservado. Ela está relacionada com uma multiplicidade de questões ligadas às técnicas, aos custos, as estratégias e às responsabilidades políticas. Estas preocupações também se estendem à preservação do livro impresso. Tanto na qualidade de sua matéria prima quanto ao seu uso e armazenamento. O trabalho de conservação deve ser uma medida preventiva, de forma que os objetos digitais e os documentos fiquem ao abrigo de diversos fatores de destruição naturais e artificiais para que possam servir à pesquisa e ao enriquecimento informativo e cultural.



## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história do livro é a história registrada da humanidade com seus tropeços e suas conquistas. Falar no fim do livro impresso, supostamente pela substituição dos novos meios eletrônicos significa falar em perda ou mudança de um objeto precioso, mágico que se transformou em um repositório de tudo o que de melhor foi feito pelo homem nas artes e nas ciências. Conforme as abordagens dos diversos autores, o livro está e continuará infinitamente vivo. As novas tecnologias digitais vieram para dinamizar e democratizar as informações, sendo uma grande aliada do livro na busca de conhecimento.

A permanência do livro como suporte da memória social pode ser justificada de várias formas. Em primeiro lugar, porque a história nos mostra que a chegada de uma nova tecnologia não acaba necessariamente com a outra já existente. A fotografia não matou a pintura, ao contrário, libertou-a. O cinema não eliminou o teatro assim como a televisão não substituiu o cinema. O livro está tão presente na atualidade quanto em tempos mais remotos. Ele já possuiu diferentes formatos, desde o antigo *volumen* até o moderno *pocket* (livro de bolso), sempre se adaptando conforme as necessidades de seus usuários, e sempre sendo um suporte solidário e silencioso da cultura que ele contribui para formar.

Em segundo lugar a leitura de um livro de papel é algo insubstituível, magnífico e prazeroso. Insubstituível porque manusear e manter o contato com suas folhas, com sua tecitura e com seu cheiro peculiar é um fenômeno único. Magnífico porque possibilita uma relação afetiva entre o leitor e a obra. O ato de ler um livro é prazeroso porque seu conteúdo pode levar a sonhar, imaginar e viajar pelo universo da história com o privilégio de poder escolher a hora e o local da leitura. É evidente que as novas tecnologias estão cada vez mais presentes e operantes em nossas vidas, que o livro digital já é uma realidade, como também são claros os benefícios que a informática trouxe, mas tudo isso não significa que devemos “deletar” toda uma história que é o livro impresso. E o computador se soma aos conhecimentos obtidos em livros e revistas.

A memória eletrônica tem maior capacidade de armazenamento que a memória humana, entretanto essa capacidade é vazia sem a interação do homem com o computador. Diante desta nova perspectiva de construção da memória social, é

fundamental que o homem esteja devidamente estruturado para a tarefa de fazer a junção de tecnologia de ponta, pesquisa direta em livros e coleta de depoimentos de pessoas que estiveram diretamente envolvidas na construção da memória social, para só então, com maior fidelidade, iniciar a reconstituição mais detalhada e humanizada dos fatos formadores da história.

São necessárias ações de preservação dos tradicionais e dos atuais suportes nesta nova realidade para, dessa forma, garantir a sobrevivência da memória social, possibilitando aos diferentes grupos documentar suas histórias de vida e preservar o enorme acervo vivo dos modos de viver que a humanidade criou. Estas ações, de ordem técnica e política, devem estar voltadas, entre outras coisas, para a qualidade do papel utilizado na confecção dos livros impressos, no planejamento educacional de como manusear os livros e também na permanente atualização dos suportes tecnológicos.

Por fim, não há como negar que todo este avanço tecnológico se dá em diferentes níveis da sociedade. As discrepâncias sociais e econômicas criaram enormes barreiras ao acesso a estas tecnologias pelos grupos menos favorecidos da sociedade, o que torna a presença e socialização do livro ainda mais pontual. Cumpre lembrar que a verdadeira evolução de uma cultura tem sua essência na democratização da informação e dos meios de aprendizagem. A era informacional não é inimiga do livro, ela tem como aliada as novas tecnologias para universalizá-lo.

Meus questionamentos, origem desse estudo, foram respondidos. Entretanto geraram novas indagações. A mudança do suporte de leitura, do livro para a tela, afeta de que maneira os futuros leitores? Quem são estes novos leitores da

sociedade de redes? Que políticas públicas estão sendo elaboradas para incluir os “analfabetos digitais”? Como estão sendo tratadas as preocupações relacionadas com a propriedade sobre os materiais digitais e a proteção dos direitos de propriedade intelectual? Estas questões ficam como sugestão para novas investigações e reflexões sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ANSALDI, Waldo. La memória, el olvido y el poder. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). **Cidade e Memória na Globalização**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A Construção Social da Informação**: dinâmica e contextos. Disponível em: <<http://www.dgzero.org/out01>> Acesso em 21 mai. 2004.

\_\_\_\_\_. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGS) brasileiras. **Ciência da Informação**. Brasília: v.29, n.2, p. 155-167, mai. /ago. 1999.

BAUMAN, Zygmunt. O livro no diálogo global das culturas. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 142, p. 87-101, jul. /set.2000.

BEIGUELMAN, Giselle. **O Livro depois do Livro**. Disponível em <[www.desvirtual/thebook/ebook.htm](http://www.desvirtual/thebook/ebook.htm)>. Acesso em 12 jun. 2004.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. **O livro, a Literatura e o Computador**. São Paulo: EDUC: Florianópolis: UFSC, 2002.

BENJAMIM, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANAVILHAS, João Messias. **A Internet como Memória**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto>> Acesso em 25 set. 2004.

CAMPOS, Arnaldo. **Breve História do Livro**. Porto Alegre: Mercado Aberto /Instituto Estadual do Livro, 1994.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_ **A Ordem dos Livros**: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVII. Brasília: Editora Unb, 1994.

COIMBRA, Carlos Alberto. A Arte da memória e o método científico: da memória artificial à inteligência artificial. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 2, n. 9, p.146-152, 1989.

DEL CORRAL, Milagros. O Livro tem Futuro? A cultura do livro na era da globalização. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.142, p.125 – 134, jul./set. 2000.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória e Refletividade na Cultura Ocidental. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FIGUEIREDO, Nice. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ciência da Informação**. Brasília, v.12, n.2, p. 43-57, jul./dez.1983.

FREITAG, Bárbara. Era ilnformacional e uso do livro. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.142, p.103-116, jul. /set. 2000.

GUTIERREZ PEREZ, Francisco. **Linguagem Total**: uma pedagogia dos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1978.

IZQUIERDO, Iván. **Questões sobre Memória**. São Leopoldo, Editora Unisinos., 2004.

JOHNSON, Steven. **Cultura da Interface**: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

KUMAR, Krisham. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

LE COADIC, Yves – François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. As Tecnologias da Informação e a exclusão digital. **Transinformação**, v.14, n. 2, p. 159-165, jul./dez., 2002.

MACHADO, Arlindo. Fim do livro? **Estudos Avançados**. São Paulo: v.8, n.21, p. 201-213, mai./ago. 1994.

MARANHÃO, Tarcila Barros Nunes. **Informação, Sociedade e Tecnologia**. Monografia (Mestrado Interinstitucional em Ciência da Informação). UFMG / UFPI, 2002.

MARTINEZ, Tomás Eloy. **El Libro em Tiempos de Globalizacion**. Disponível em <<http://www.ifla.org/IV/ifla70/prog04.htm>>. Acesso em 15 nov. 2004.

MASSEI, Roberto. **Do Direito à Memória**. Disponível em <[www.avesso.net/memoria.htm](http://www.avesso.net/memoria.htm)>. Acesso em 25 out. 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A Crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória**. São Paulo: Editora Unesp / Fapesp, 1999.

MCGARRY, Kevin. **O Contexto Dinâmico da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. São Paulo: **Proj.História**, v.10, p. 7 -28, dez / 1993.

POMIAN, Krzytof. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42 (Sistemática), p. 507-516.

PELLANDA, Nize Maria Campos; PELLANDA, Eduardo Campos (Org.). **Ciberspaço: um hipertexto com Pierre Lévy**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. **Memória e Contemporaneidade: as tecnologias da informação como construção histórica**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/01.shtml>>. Acesso em 18 ago.2004.

SETZER, Valdemar W. **Dado, Informação, Conhecimento e Competência.** Disponível em: < <http://www.dgzero.org/dez99> > Acesso em 30 mai. 2004.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. (Org.). **A Leitura nos Oceanos da Internet.** São Paulo: Cortez Editora, 2003.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias.** São Paulo: Editora Autores Associados, 1997.

TEIXEIRA, Wilza Aurora Matos. Ações de conservação e preservação da memória no contexto digital. **Transinformação.** Campinas, v.14, n. 2, p.179-181, jul. / dez., 2002.

WERTHEIM, Jorge. A Sociedade da Informação e seus desafios. **Ciência da Informação.** Brasília, v. 29, n. 2, p. 71 – 77, mai. /ago., 2000.

## 1 INTRODUÇÃO

Vou iniciar justificando a escolha do tema a partir da minha relação com os livros. Começou na infância, ainda na fase em que eu começava a aprender a pronunciar as primeiras palavras. Naquela época, a escrita para mim não passava de um amontoado de símbolos desconectados e incompreensíveis. Lembro do meu primeiro livro, era colorido e repleto de desenhos e figuras, com personagens que, antes, eu só conhecia através das histórias narradas pelos meus pais e avós. Como diz o ditado popular “foi amor à primeira vista”, mas no meu caso foi paixão ao primeiro toque.

Mais tarde, ao entrar para escola, percebi como era vasto o mundo dos livros quando visitei pela primeira vez uma biblioteca. Nela encontrei um espaço com diferentes tipos de livros. As atividades como a hora do conto, o manuseio com as revistas e a leitura dos livros começaram a fazer parte de meu cotidiano escolar e tiveram papel fundamental na minha formação como leitora e apreciadora dos livros. Esta etapa representou minha introdução no universo da linguagem escrita e se constituiu um importante passo na construção de um novo olhar sobre o papel do livro como suporte de informação.

A trajetória da minha vida fez com que eu cultivasse um amor especial por eles, o que me levou a estar sempre com um exemplar ao alcance da mão, na bolsa, na cabeceira da cama ou me despertando interesse e curiosidade em alguma vitrine de livraria. Esse amor foi crescendo na medida em que ele, como suporte, supria minhas necessidades de informações. Com o tempo, o livro tornou-se meu melhor companheiro, e percebi que para mantê-lo durável e íntegro, ele necessitava de



cuidados especiais. Isto me levou a fazer cursos sobre preservação, recuperação e encadernação. Desta forma, aprendi diferentes maneiras e técnicas de como conservar e dar vida longa aos livros. Assim eles podem resistir às intempéries do tempo e conquistarem novos apaixonados como eu.

Um dos motivos que me despertou o interesse em ingressar no curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS foi, com certeza, essa minha relação afetiva com o livro. No início do curso tive uma disciplina que tratou da história dos suportes de informação e das bibliotecas, e nela foram tratados dos antigos suportes, e também das novas tecnologias digitais: o computador e todas as suas possibilidades de produção, armazenamento e recuperação da informação. No princípio, minha relação com essas tecnologias foi bastante fria, pois meu “coração já tinha dono”. Contudo, mesmo resistente, sentia necessidade de conhecer esses novos suportes de informação, que hoje ocupam um lugar considerável na vida das pessoas, e são cada vez mais indispensáveis nas rotinas de trabalho do bibliotecário em muitas bibliotecas e também de outros profissionais.

Sem dúvida, entre os méritos das tecnologias digitais está o fato delas permitirem que cada usuário, seja ao mesmo tempo, um autor e um leitor, pois possibilita a comunicação em rede, de forma rápida e em tempo real, ao contrário do livro, que é temporal. O livro carrega em si a história. Ele tornou-se o símbolo da história, da memória e do registro da cultura. Com ele se abriu a possibilidade de se conhecer o passado, o presente e projetar o futuro.

No decorrer de minha trajetória acadêmica, percebi que as tecnologias digitais, com sua linguagem própria, ganharam grande espaço como fonte de informação. Consultar a Internet, por exemplo, tornou-se um hábito comum na tarefa de realizar os trabalhos acadêmicos. Isso não fez diminuir meu sentimento em relação aos livros, ao contrário, fez com que eu me preocupasse com seu futuro. Na época, dispunha de pouco tempo, e nem tinha embasamento suficiente, para questionar e tentar entender o significado do processo de mudança de suportes em curso. Uma mudança imposta pelo paradigma informacional, que tem na informação e no conhecimento a fonte propulsora de riqueza e produção. O que proponho hoje, neste estudo, é realizar uma reflexão sobre o papel do livro na Era da Informação, a era do computador e das tecnologias digitais.

Diante da emergência da Sociedade da Informação e com ela o uso cada vez mais intenso dos suportes eletrônicos, o livro irá desaparecer? O livro conviverá com outros suportes de informação? De que forma será esta convivência? Qual será sua função como suporte da memória social? Com os novos suportes de informação como os homens irão preservar a memória social? Como o tema vem sendo abordado pelos estudiosos?

Frente a estas questões levantadas, busquei as respostas através de pesquisa de revisão documental, procurando pistas em diferentes áreas do conhecimento, mostrando como diferentes autores, tais como Yves-François Le Coadic, Bruno Latour, K.J. McGarry, Roger Chartier e Pierre Lévy, abordam o tema. Assim, o trabalho foi estruturado em três seções principais.

No primeiro momento procurou-se definir a informação por considerá-la o motivo principal que levou o homem a procurar formas de registrar e transmitir seus conhecimentos às futuras gerações, propiciando assim, a construção da memória social.

Num segundo momento enfocou-se a memória social. Através dela é possível remontar o passado, compreendendo-o no presente e projetar o futuro. Três elementos estão relacionados nesse processo: a memória individual, a memória coletiva e o registro do conhecimento adquirido. A partir das diferentes tecnologias da inteligência, a princípio a oralidade, através dos homens memória; a escrita, através das tábuas de argila, os pergaminhos, o papel, com a invenção da imprensa, os livros, e contemporaneamente, as tecnologias de informação e comunicação, será possível compreender a evolução e a socialização do conhecimento.

Por fim, foram abordados o livro, objeto símbolo da história, que sobrevive a toda sorte de predadores, as tecnologias digitais, que abriram um leque de possibilidades de produção, armazenamento e recuperação de informações, e a construção da memória social, fenômeno coletivo e condição indispensável para a existência e continuidade histórica de um povo na Era da Informação, a era dominada pelo paradigma da *velocidade* da informação.

É importante destacar que este estudo não tem a pretensão de esgotar o tema. Ao contrário, a intenção é propor algumas reflexões, e a partir delas gerar novas discussões e debates do tema.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar a função do livro como suporte da memória social na Era da Informação.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- d) Examinar o lugar do livro na era das tecnologias digitais;
- e) Identificar de que forma o livro (constrói) preserva a memória social;
- f) Verificar de que forma o livro convive com as tecnologias da informação e comunicação.

### 3 INFORMAÇÃO

A palavra informação é de origem latina e significa *informare*: dar forma, colocar em forma, criar, construir uma idéia ou uma noção. Ela tem origem na sociedade e existe em função dela. O termo *informação* possui diferentes definições. Comunicação, dado, instrução e conhecimento são alguns exemplos empregados para definir informação. Usamos, absorvemos, assimilamos, manipulamos, transformamos, produzimos e transmitimos informação durante todo o tempo, o tempo todo. A informação é o ingrediente básico para que a evolução aconteça e para que o desenvolvimento humano se realize de forma plena e completa. (MARANHÃO, 2002)

Para Le Coadic (1996, p.5), “Informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”. Já para Setzer (1999, p. 2) “Informação é uma abstração informal que representa algo significativo para alguém através de textos, imagens, sons ou animação”. Estas definições mostram que a informação é uma relação que deve ser representada de alguma forma (mensagem), para alguém (receptor) e transmitida por algum tipo de canal (meio). Observa-se que a informação é apresentada como uma caracterização de um produto. A informação pode ser aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente. Ela é algo que altera a natureza das coisas ou as relações dentro de um contexto. (MCGARRY, 1993).

As diferentes definições de informação apresentam freqüentemente o emprego de metáforas para explicar seus atributos. Segundo Latour (2000, p.22):

A informação não é um signo, e sim uma *relação* estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma *periferia* e o segundo, que se torna um *centro*, sob a condição de que entre os dois circule um *veículo* que denominamos muitas vezes forma, mas que, para insistir em seu aspecto material, eu chamo de *inscrição*. [Grifo do autor].

A abordagem de Latour mostra que existe implicitamente uma relação de poder entre os dois lugares, a periferia e o centro, e que as informações ou inscrições não são mensagens neutras. No processo de troca entre o mundo interior e o exterior se determinam os conteúdos da informação, que não é recebido passivamente pelos sujeitos sociais. Neste processo, a informação apresenta duas dimensões intrinsecamente conectadas, a pessoal e a coletiva. A dimensão pessoal está ligada a dois aspectos, quais sejam, o estímulo interno que é a parte mental do ser humano e o estímulo externo que se refere àquilo que o homem percebe através de seus sentidos. A dimensão coletiva refere-se as emoções, as crenças, as idéias, etc., e o estímulo externo, que está baseado nas sistematizações e interpretações de experiências vividas socialmente, distintas entre os indivíduos, de acordo com seu espaço social. (MARANHÃO, 2002).

Araújo (2001, p. 5), lembra que “[...] a informação pode ser compreendida como um processo de atribuição de sentido [...]”. Este processo ocorre através das ações de codificação, emissão, decodificação e uso da informação, ou seja, a informação somente possui poder de ação quando adquire a condição de mensagem. As mensagens vêm por meio dos sentidos que os homens atribuem as suas ações e ao mundo, que se manifestam por meio de estímulos internos e externos expressos através de signos e símbolos. Para McGarry (1999, p.14) “[...] os signos e símbolos funcionam como repositórios de significados dentro de uma cultura e sem eles os

seres humanos seriam presos do tempo e incapazes de armazenar sua cultura registrada [...]”.

Os símbolos são utilizados na transmissão, intercâmbio e registro de significados e compreensão humanos. Eles permitem a construção de sistemas de comunicação mediante os quais a ação social existe, continua e se transforma ao longo do tempo. Já os signos são indícios físicos da presença imediata da coisa ou evento que representa, como uma fumaça é indício de fogo. Um gesto convencional pode significar uma idéia, como erguer o dedo polegar significa aprovação. Signos e símbolos são processos verbais e não verbais, pelos quais a informação é transmitida e comunicada entre os seres humanos. (MCGARRY, 1999).

Segundo essa abordagem, a informação permite ao emissor limitar-se à forma, sem ter o embaraço da matéria. Assim, as palavras, os gestos, os sinais, os desenhos, as frases, as caretas, interpretam cada um a sua maneira, uma rede de mensagens que entram num sistema chamado de memória. Através da memória o homem manifesta, em seu ambiente, as experiências vividas individual e coletivamente, desta forma reconhecendo ou não as mensagens recebidas, como parte do processo de seleção, de armazenamento e de uso das informações, como orientação para a construção dos conhecimentos passados, imediatos ou futuros.

Mais do que apenas conhecimento, a informação é um objeto com enfoque social, pois, existe e sobrevive associada ao contexto cultural em que ocorre sua transmissão, sendo então passível de constantes interferências do homem. A cada instante, um novo comentário, uma nova interpretação, um novo desenvolvimento

podem modificar o sentido de uma proposição, quando de sua emissão. (LÉVY, 1997). Nesse sentido, entende-se informação como formadora da cultura ao apresentar alternativas possíveis de transformar, ajustar e redefinir as mensagens, dando margem à materialização de diferentes manifestações culturais.

Na contemporaneidade, com o desenvolvimento das tecnologias digitais, a informação foi afetada de forma mais inédita e radical desde o surgimento da invenção de Gutemberg. Atualmente, as tecnologias eletrônicas permitem que a troca informacional encurte tempo e distância entre emissor e receptor, permitindo que conversem com a mesma proximidade como se estivessem sentados “frente a frente”, e, principalmente, transformaram a informação em um meio de massa para a criação, comunicação e simulação. (KUMAR, 1997).

### 3.1 NECESSIDADE E USO DA INFORMAÇÃO

Não é muito fácil definir “a real” necessidade de informação, pois ela é governada por uma série de exigências de diversas ordens cognitivas sociais, culturais, econômicas que vão depender muito de tipo de sujeito e de todo o contexto a sua volta. O conceito de necessidade está intimamente ligado à idéia de motivação. (MCGARRY, 1999). Tudo o que estiver relacionado com aquilo que o homem está tratando no momento é relevante se saciar um desejo ou uma exigência.

Para Figueiredo (1983), “[...] o uso é o que o indivíduo aplica efetivamente a algo imediato e concreto [...]”. Portanto, o uso da informação compreende muito mais



que as demandas ou necessidades, constituindo-se como ação formadora do indivíduo, promovendo uma mobilização no conhecimento do sujeito, sendo de vital importância em todos os segmentos da sociedade.

A informação é vista como uma ferramenta muito valiosa e útil para todos os seres humanos em qualquer atividade na vida, portanto, necessidade de informação é vista como uma carência de algo para melhor desenvolver atividades de trabalho, estudo e lazer. Esta necessidade de informação está diretamente ligada com o espaço de vida que o homem ocupa. Trata-se de um processo de percepção e interpretação através do qual são selecionadas algumas informações como realmente úteis à determinada situação. O que, por exemplo, num momento, é importante para um professor, no seu ambiente, com certeza não terá a mesma relevância para um agricultor. Entretanto este distanciamento não implica em não se relacionar um com o outro, ao contrário, a troca de informação possibilita a interação, a construção e a socialização do conhecimento.

Segundo McGarry (1999, p.6) “[...] nossa eficiência como seres humanos depende do que fazemos com as informações: o que ignoramos, o que aceitamos; como armazenamos, e como utilizamos este acervo de informações como guia para ações futuras em busca de conhecimento e sabedoria [...]”. A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável. Este processo está diretamente ligado às exigências da vida social, cognitiva, de saber do indivíduo, de forma individual e coletiva, seja no processo comunicativo ou na construção do conhecimento. A socialização da informação é fator determinante na construção da identidade de uma sociedade. Sem o acesso à

informação, não há a possibilidade de vivenciar a cidadania como algo real. A idéia é simples: se o cidadão não conhecer seus direitos e deveres, não terá as condições para lutar pelo seu exercício. (ARAÚJO, 1999).

Nessa abordagem, toda informação é social. Está presente em todas as áreas do conhecimento humano, e nos dias de hoje pensar em informação, significa visualizar, perceber e apreender, de forma contextualizada, sua inserção na sociedade da informação, em meio ao fenômeno da globalização da economia e, no âmbito de todas as transformações de natureza social, tecnológica e cultural que afetam o homem moderno. (MARANHÃO, 2000).

A informação opera em um contexto global. Os avanços da eletrônica (o rádio, a televisão, a Internet) mudaram a forma como as pessoas têm acesso e lidam com a informação, que pode ser processada, selecionada e recuperada para satisfazer as necessidades mais especializadas e individualizadas de cada usuário. Se o homem atingiu este nível de desenvolvimento no universo informático contemporâneo é porque dispõe de um extraordinário instrumento de armazenamento de informação, que é a memória e através dos diferentes suportes desenvolvidos ao longo de sua evolução, a possibilidade de propagação das representações para a construção de sua memória social.

## 4 MEMÓRIA SOCIAL

Na mitologia grega, a memória era uma deusa, *Mnemosine*, filha de Urano (Céu) e Gaia (Terra) que, unida a *Zeus*, gerou as nove musas, divindades responsáveis pela inspiração poética e pelo saber. Memória é tudo aquilo do que uma pessoa se lembra, como também sua capacidade de lembrar. É a aquisição, o armazenamento e a evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizado, é o processo de aprender. Evocação significa lembrança, recordação e recuperação de uma informação. Sua ação está relacionada à sua transmissão, seja por via oral, escrita ou visual. Ela fornece identidade a um determinado grupo, é a bagagem que carregamos neste mundo, herdada das culturas passadas que construíram a civilização presente. (NORA, 1993).

A memória é o que permite ao ser humano remontar no tempo, buscando relações no passado para melhor compreender os acontecimentos presentes. Segundo Pomian (2000, p.2), “[...] os acontecimentos individuais, os coletivos, as pessoas e os lugares são os elementos formadores da memória [...]”. São os elementos da temporalidade: passado, presente e futuro. Entretanto, memória não é história e nem tampouco representa um depósito de tudo o que nos aconteceu, ela é, por excelência, seletiva. Nem tudo fica registrado, pois a memória é construída nos referenciais sobre passado e presente de um determinado grupo social, baseado nas tradições e nas mudanças culturais. Já a história é a narrativa construída e baseada nas lembranças vividas por este grupo social que se vale da memória como uma fonte de informações. (LÉVY, 1996).

Segundo Duarte (2003, p.305), “[...] a memória tem a função que garante, em toda sociedade, o domínio, a preservação, a transmissão e a continuidade de todas as coisas [...]”. Ela lega, às gerações futuras, testemunhos de modos de pensar, de agir e de sentir de uma cultura. A memória é uma arte da linguagem, como apresenta a definição de Von Simson (2000, 63): “A memória é a capacidade de reter fatos, experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações, através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos, etc.)”.

Compreende-se memória como algo que se distingue do presente, mas que, ao mesmo tempo, o compõe. É uma das fontes para o conhecimento do passado que tem várias funções, tais como: toda consciência do passado está fundada na memória; através das lembranças recuperam-se acontecimentos anteriores, distingue-se o ontem de hoje e confirma-se a existência de um passado. Esta confirmação, por sua vez, confere um sentido de identidade a uma cultura. Ao conhecer o passado, cria-se uma noção de continuidade. (LE GOFF, 1996).

Em outro registro, a memória pode ser caracterizada como de curto prazo, ou memória de trabalho, e de longo prazo. A memória de curto prazo mobiliza a atenção e a repetição é a melhor forma para gravar as informações recebidas. Ela trabalha com dados por algumas horas até que sejam gravados de forma definitiva. Já a memória de longo prazo é a que retém de forma definitiva a informação, permitindo sua recuperação ou evocação. Nela estão armazenados todos os conhecimentos adquiridos pelo homem. Ela está associada a relação de causa e efeito, existe a interação entre emissor e receptor das mensagens, e quanto mais os sujeitos estiverem envolvidos emocionalmente com uma informação, mais fácil será

lembrá-la. Esta seria a característica da memória nas sociedades orais, onde o envolvimento pessoal e emocional são condições fundamentais para reter e transmitir as informações consideradas importantes. (LÉVY, 1993).

A importância do papel da memória na sociedade é definida de forma bastante clara por Le Goff (1996, p.46) ao afirmar que “[...] ela é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades [...]”. A formação dessa identidade é um fenômeno que se produz em referência a si próprio e aos critérios de convivência com a comunidade em que o indivíduo está inserido. Portanto, a memória é socialmente construída. Ela é ao mesmo tempo subjetiva ou individual, porque se refere às experiências únicas do indivíduo, e social, porque é coletiva, se baseia na cultura de um agrupamento social.

#### 4.1 MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA

A memória individual são as experiências e lembranças que concernem apenas ao indivíduo. Contudo, estas mesmas lembranças também são coletivas, pois se alicerçam em um conjunto de memórias, que estão inseridas em um grupo, que por sua vez, fazem parte de uma determinada comunidade. Estas lembranças passam de geração em geração, sendo compartilhadas por vários indivíduos que tomam contato com elas através da oralidade ou da escrita. As lembranças e as experiências pessoais se apóiam nas lembranças do grupo. (NORA, 1993).

Assim, a lembrança, ao lado da tradição é responsável pela permanência e sobrevivência das histórias de uma cultura, pois sem ela não há memória, nem a possibilidade de recuperá-la. Conforme assinala Bosi (1987, p.17), “[...] ela envolve aspectos subjetivos do relacionamento de um indivíduo com os diferentes grupos sociais e na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens de hoje as experiências vivenciadas no passado [...]”. Ou seja, a lembrança é uma imagem construída, porque a percepção dos fatos vivenciados pelo homem no passado, é alterada conforme os valores adquiridos ao longo de sua vida. O instrumento socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural as lembranças do passado com as imagens no tempo presente.

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com os grupos de convívio social, de estudo e de trabalho. São as instituições formadoras do sujeito. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Ansaldi (2002, p.31) expressa a memória individual como:

<sup>2</sup>Nós não temos uma memória única: ela é formada com a ajuda das lembranças dos outros. Nossa memória é formada por fatos e relatos que nos são transmitidos [...] ela depende do curso da história dos grupos a qual pertencemos.

Essa abordagem mostra que o ser humano nasce dentro de estruturas de aprendizado e comportamento que já existiam e que o modo de pensar individual sofre flutuações, transformações e mudanças constantes, de acordo com as ações e as informações assimiladas pelo grupo a que está inserido.

---

<sup>2</sup>Original em espanhol: " Cada uno de nosotros no recuerda solo: recuerda com el aporte o la ayuda de los recuerdos de otros, de modo tal que "nuestros recuerdos se encuentran inscritos em relatos coletivos [...] que dependió el curso de la história de los grupos a los que pertencemos."

A memória coletiva é constituída por uma sucessão de memórias individuais, cada uma ligada a outra, e recebendo recordações como se fossem suas, situadas em um determinado espaço de tempo, e na multiplicidade dos acontecimentos nos grupos em que os indivíduos estão inseridos. Denominamos então, de memória coletiva aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Ela geralmente materializa-se em suportes manuscritos e inscrições em monumentos.

Essas inscrições se expressam nos lugares da memória que são as arquiteturas, os hinos oficiais, quadros, obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade, constituindo-se como a memória social estática e impossibilitada de ser organizada. (NORA, 1993). Le Goff (1996, p.44) expressa a necessidade de lembrar dos verdadeiros lugares da história:

Aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e denominadores da memória coletiva: estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.

A respeito do papel da memória coletiva dentro de um contexto social sublinha Le Goff (1966, p.46) “[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas ou emergentes lutando todos pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção de suas identidades [...]”. A permanência e preservação da memória são essenciais para a continuidade de uma cultura. O ser humano nasce dentro de estruturas de comportamento e aprendizado que já preexistiam, e as utiliza para extrair informações sobre a comunidade em que está

inserido. Este aprendizado está nos monumentos e nos documentos legados pelos nossos antepassados. (MCGARRY, 1993).

No processo de construção da identidade de uma sociedade existe um jogo de poder, que escolhe o que lembrar e o que esquecer. E a memória, por ser carregada por grupos vivos, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, sendo então vulnerável a todos os usos e manipulações. Ansaldi (2002, p.34) situa “[...] a memória coletiva em duas áreas diferentes: a memória coletiva do poder e a memória coletiva dos dominados [...]”. A memória do poder é aquela que tende a exercer o controle de uma sociedade, onde classes dominantes criam mecanismos de manipulação das informações aos grupos dominados, levando-os ao esquecimento e ao silêncio a fim de que as referências do passado não se tornem obstáculos para a aceitação de novas formas impostas aos interesses econômicos e políticos dos setores dominantes.

Por outro lado, esclarece Von Simson (1997, p. 63), “[...] existem as memórias subterrâneas ou marginais que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade [...]”. Estas memórias geralmente não estão nos monumentos e nem gravadas em suportes concretos como, por exemplo, em textos e/ou obras de arte. Elas geralmente se encontram muito bem guardadas no âmago de famílias ou grupos sociais dominados nos quais são cuidadosamente passados de geração a geração. Expressam-se quando conflitos sociais as evocam, quando são analisadas e registradas, passando então a fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade.



Neste registro, é importante salientar que a memória tem o poder de “resgatar” o passado para compreender o presente e idealizar o futuro, e através dela se tem a possibilidade de (re) interpretação e (re) elaboração dos fatos sob a ótica não apenas dos vencedores, mas também dos vencidos, promovendo assim a formação, informação e participação múltiplas dos grupos sociais na construção de suas tradições e identidades. O poder da memória está, também, relacionado à forma de sua transmissão, seja via oral ou por meio da escrita.

#### **4.1.1 Memória oral**

A oralidade é a forma de registro mais primordial que possuímos. É a verbalização da nossa memória. De forma seletiva, grupos e indivíduos articulam suas experiências passadas formulando uma narrativa histórica acerca de suas trajetórias. Esta narrativa é construída e reconstruída segundo perspectivas presentes e ao mesmo tempo constitui a base a partir da qual se vislumbra o futuro.

O ser humano sempre procurou formas de registrar e transmitir seus conhecimentos. Nas sociedades orais, a história dependia da memória humana associada ao manejo da linguagem, onde o narrador adaptava sua história às circunstâncias, aos interesses e conhecimentos de seu público. Seus membros exploravam ao máximo este recurso, pois era o único instrumento de inscrição que dispunham na época. Utilizavam ferramentas como a narrativa e a dramatização para contar histórias e descrever suas experiências vividas. (POMIAN, 2000).

Como esclarece Levy (1993, p.82) "[...] estes artifícios narrativos diversos, as rimas e os ritmos dos poemas e dos cantos, as danças e os rituais, não visavam apenas dar prazer ao espectador, mas tinham o objetivo de dar perenidade ao conhecimento transmitido [...]". Nessas culturas, compostas por memórias humanas, as representações que sobrevivem são aquelas que envolvem relações de causa e efeito carregadas com uma forte carga emotiva, pois a transmissão oral era ligada direta e ininterruptamente de relações pessoais.

Estas sociedades podiam ser classificadas em primárias e secundárias conforme as técnicas usadas de comunicação. A oralidade primária remete ao papel da palavra, antes do advento da escrita, e está quase toda fundamentada nas lembranças dos indivíduos, principalmente na memória auditiva, e a secundária está relacionada a um estatuto da palavra, que é complementar ao da escrita. (LEVY, 1993).

#### **4.1.2 Memória escrita**

A escrita, através de gravuras rupestres, tábuas de argila, pergaminhos e o papel possibilitou ao homem maior autonomia para interpretar o mundo. A revolução da escrita foi a primeira das grandes revoluções da comunicação na história da humanidade. Segundo Gutierrez Perez (1978, p.16), "[...] com a escrita nasce uma civilização diferente. A técnica da escrita pode desafiar o tempo e o espaço [...]". Não há segurança entre a exatidão dos fatos transmitidos oralmente e os registrados pela escrita, porém os registros têm a vantagem de poderem ser consultados em qualquer época, por diferentes gerações.

Com a invenção e o desenvolvimento do alfabeto a humanidade passou a registrar e comunicar idéias por meio de símbolos visuais. Conforme nos esclarece Lévy (1993, p.95), “[...] é neste período que acontece a objetivação da memória que separa o conhecimento da identidade pessoal ou coletiva [...]”. Como o alfabeto possibilitou ao homem externalizar suas idéias, ele também permitiu ao homem avaliar criticamente as próprias opiniões e as dos outros. Esta abordagem mostra que as informações registradas são agora passíveis de análise e exames, onde a verdade independe dos sujeitos que a comunicam. E a partir do momento em que se registra o pensamento em formas que lhes são externas, estabelece-se um sentido de tempo histórico, que é a história registrada.

Nesta linha de pensamento, Levy (1993, p.88) acrescenta que, “[...] a escrita criou uma nova situação: a possibilidade de separar o documento escrito das circunstâncias particulares em que foram produzidos, e dessa forma, abrir um intervalo de tempo entre a emissão e a recepção dos documentos [...]”, afastando a interação entre emissor e receptor e com isso possibilitando riscos de mal entendidos, de perdas e erros na comunicação. É interessante observar que existem diferenças e semelhanças nas sociedades de memória oral e nas sociedades de memória escrita. Enquanto na primeira toda a construção da identidade cultural está baseada nas lembranças, sendo portanto sujeita a esquecimentos e manipulações de quem tem o poder das informações, na segunda a escrita temporiza as narrativas diversas, textualizando os sentidos, mas sendo também passível a interpretações equivocadas, correndo riscos de tornar-se obscura para o leitor. (LEVY, 1993).

Com a escrita, as representações perduram em outros formatos que não o canto ou a narrativa, tendência ainda maior quando passamos do manuscrito para os documentos impressos. Com a invenção da imprensa de Gutemberg, houve uma crescente explosão de títulos impressos, tornando o documento escrito um instrumento de difusão e preservação do pensamento registrado, pois eram impressos em maiores quantidades, então tinham mais chances de durar. O documento escrito e impresso reproduz, no domínio da comunicação, a relação com o tempo e o espaço, desempenhando papel fundamental de permanência dos fatos na história. (MCGARRY, 1999).

Nas sociedades orais que existiram no passado, nas quais o volume de informação era consideravelmente mais restrito, a memória era organizada e retida pelo conjunto de seus membros, cabendo aos mais velhos o papel social de guardiões da memória, os quais se incumbiam de transmiti-la às novas gerações. Já na contemporaneidade, cada vez mais se diversificam os suportes para o registro da memória (documentos, fotografias, vídeos, músicas, base de dados, etc.) e ao mesmo tempo, devido ao enorme volume de informações, fez surgir instituições (museus, bibliotecas e centros de memória) especialmente voltadas ao trabalho de guarda, manutenção e divulgação da memória dos grupos sociais. (VON SIMSON, 1997).

Pode-se afirmar, a partir destas considerações que a construção e registro da memória social estiveram sempre ligadas ao advento de uma nova tecnologia. Memória e tecnologia não se separam porque, em todas as épocas, cada momento sempre pode ser identificado com seu correspondente tecnológico. Quando se faz,

por exemplo, referência às idades das civilizações, fala-se em idade do ferro, da pedra e do bronze que são referências às tecnologias de cada época. Pois se os fatos históricos não forem registrados, escritos ou gravados, eles se perdem.

#### 4.2 MEMÓRIA – REGISTRO DA HISTÓRIA

A memória é o registro da história, entretanto, não pode ser projetada de modo fiel no presente, pois o passado não pode, em hipótese alguma, ser reconstituído na íntegra. Conforme Nora (1993, p. 9) “[...] a memória não se aquieta, é por natureza múltipla, seletiva, vulnerável a usos e manipulações e se alimenta de lembranças vagas, simbólicas, coletivas e individualizadas [...]”. Então, a história registrada é uma ação intelectual, é a reconstrução, quase sempre incompleta, do que já passou.

Ansaldi (2002, p. 40) ao estilo de Nora, “[...] acrescenta que há uma relação de lembrança e esquecimento do próprio passado de uma sociedade conforme sua relação com os materiais da memória [...]”. Os materiais ou lugares da memória podem ser apresentados sob duas formas: pelos monumentos e pelos documentos. Monumento é tudo o que nos remete ao passado. Eles são parte do patrimônio cultural de um povo ou de uma nação, servem como um elo entre presente e passado dando um sentido de continuidade (como uma obra de arquitetura, uma escultura). Os documentos são os testemunhos escritos, ilustrados, transmitidos pelo som, a imagem ou de qualquer outra forma.

É relevante, nesse contexto, destacar o papel do livro como suporte na construção da memória social. Na edificação da identidade cultural, os livros, a

princípio, tinham apenas a função de apoio *mnemotécnico*. Com a invenção da imprensa, que permitiu um grande número de livros em circulação, eles passaram a ocupar um importante papel social dentro das sociedades. A partir do séc. XVIII surgem os dicionários e as enciclopédias através das quais o conhecimento começa a surgir organizado por tópicos, facilitando as pesquisas de informação. O livro passa a desempenhar também o papel de memória coletiva, organizada, pesquisável e dotada de mobilidade. O crescimento exponencial do número de livros também estimulou o aparecimento de bibliotecas e arquivos, o que contribuiu decisivamente para a sedimentação desta memória social. (LE GOFF, 1996).

Para Pomian (2000, p.510) “[...] monumentos e documentos, suportes da memória coletiva, são qualificações de vestígios, imagens ou relíquias através das quais é possível estabelecer uma relação com o passado que provém [...]”. Segundo o autor, estes vestígios suavizam-se com o tempo, por isso foram criadas várias técnicas para conservar estas recordações e transmiti-las às futuras gerações. Assim, surgiram as tradições orais, a escrita e na contemporaneidade, a memória eletrônica com o aparecimento de um novo tipo de memória: o banco de dados.

#### **4.2.1 Tecnologias digitais: memória eletrônica**

Na contemporaneidade os novos suportes da informação são representados pelas tecnologias digitais. É o processamento da informação por computador, que utiliza a memória eletrônica. Nesse contexto, a palavra memória adquire um sentido específico relacionado com os equipamentos eletrônicos, podendo, conforme

Canavilhas (2004, p. 23) “[...] ser divididos em dois aspectos distintos: a memória arquivo (hardware) e os mecanismos de pesquisa (software) geralmente comparados com a memória humana para melhor compreensão [...]”:

a) hardware: conjunto de todos os componentes informáticos de um servidor, em especial os discos onde estão alojadas as páginas da web, o que no homem corresponderia ao cérebro, por ser esta a estrutura que guarda a informação;

b) software: na Internet, o browser e o banco de dados permitem a navegação e a pesquisa, respectivamente, e no homem os sentidos funcionam como o browser e a lembrança como o banco de dados que organiza na memória a imagem das coisas.

A grande revolução que esta tecnologia trouxe foi a nova concepção de tempo-espaço. As informações, digitais e em rede, podem ser compartilhadas e repassadas ao mesmo tempo para todos os cantos do planeta. Estas novas possibilidades de armazenamento e busca da informação motivaram iniciativas de transportar para o mundo digital grandes bibliotecas e coleções, desterritorializando e facilitando a interação do usuário com a informação em tempo real. (LÉVY, 2000). Esclarece-se que hipertexto é onde os textos são organizados de forma não seqüencial e aleatória, que permitem aos usuários escolher caminhos (links) e níveis de profundidade sobre o assunto escolhido,

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as novas tecnologias da informação e comunicação também fornecem mecanismos que possibilitam, cada vez mais, a ampliação do armazenamento da produção do conhecimento humano. Elas permitem a produção global de conteúdos cognitivos e informações sistematizadas. A Internet veio somar novas mudanças ao acesso e produção de conhecimento, pois

possibilitou, além da democratização e difusão da informação, a possibilidade de que os usuários se tornem também produtores de informação. Por outro lado, esta interatividade pode gerar muita insegurança, pois com a modificação das regras de interação entre o leitor e estes suportes, as informações passaram a ser facilmente alteradas e/ou descartadas, já que ainda não existem normas legais padronizando e direcionando as formas de acesso .

Os sistemas de computação eletrônica estão organizados em bancos de dados que gerenciam o armazenamento e a recuperação de informações. (COIMBRA, 1989). Entretanto, é importante ressaltar a diferença entre informação e dado traduzidos neste novo paradigma das tecnologias digitais. Setzer (1999) "[...] mostra que dados são símbolos quantificados que podem ser armazenados em um computador e processados por ele [...]". Um texto é uma seqüência de dados, assim como imagens, animação e sons. Um dado é puramente objetivo e não depende do usuário. A informação é semântica, é uma abstração informal que representa algo significativo para alguém. Então não é possível processar a informação diretamente em um computador. O que é armazenado é a sua representação em forma de dados, o seu significado depende do usuário que busca entendimento.

Essas tecnologias devem ser vistas como uma forma de disseminação da informação capaz de colocá-la de forma mais ágil e dinâmica aos usuários. O conteúdo do banco de dados é usado, mas não é lido no sentido próprio da palavra. Conforme esclarece Lévy (1993, p. 115):



A maior parte dos bancos de dados são antes espelhos do que memórias: espelhos o mais fiéis possível do estado atual de uma especialidade. Os sistemas não são feitos para *conservar* o saber do especialista, mas sim para *evoluir* incessantemente a partir do núcleo de conhecimento que este trouxe. [Grifo do autor].

A comunicação mediada por computador em suas modalidades síncronas (bate-papos) e assíncronas (lista de discussão, correio eletrônico, fóruns) permitem a utilização de ferramentas para a produção da escrita, comunicação à distância, estabelecimento de relações (links) e construção do saber. A partir das escrituras hipertextuais, o escritor, o cientista, o usuário especializado não escrevem textos, eles processam idéias. Segundo o autor, “[...] o importante é que a informação esteja sob forma de rede e não tanto a mensagem porque esta já existia numa enciclopédia ou dicionário [...]”.

A Internet é um universo virtual que vem sendo chamado de ciberespaço e seu uso está causando uma verdadeira revolução informacional, pois permite uma busca direta a todo tipo de informação, em qualquer lugar e momento. Este espaço cibernético é a instauração de todas as memórias informatizadas de todos os computadores. É a prática, em rede, de um novo paradigma de pensamento coletivo e cooperativo onde o volume de informação disponibilizado é gigantesco. O computador sobrepõe diversas mídias (televisão, telex, rádio, telefone, livro, gravador, cinema, vídeo, fax) em um sincronismo de formas e linguagens (oral, verbal, iônica), sem se reduzir a nenhuma delas. (LÉVY, 1993).

É importante ressaltar que a Internet, ao constituir-se um universo virtual, torna-se um instrumento capaz de modificar o comportamento humano. É por meio de seu exercício que novos valores, saberes e conhecimentos passam a circular

virtualmente. Ela é uma tecnologia dentro de um contexto cultural passível de moldar pessoas em termos de hábitos e preferências. Bellei (2002, p. 139) exemplifica esta idéia: “[...] O homem faz uma cadeira ou um aparelho de televisão, mas no decorrer do tempo, a cadeira e a televisão também produzem um ser humano diferente, mais sedentário ou mais habituado a ver o mundo da perspectiva da tela [...]”. O mesmo acontecendo com o processo de leitura, onde se substitui a materialidade do livro pela imaterialidade de textos eletrônicos. A leitura pessoal e qualitativa de um texto impresso, cedendo lugar à leitura dinâmica da tela de um computador.

Problemas sérios em relação aos conteúdos que se oferecem na Internet se referem à fidelidade, à permanência e à responsabilidade da mensagem ou do conteúdo. Von Simson (1997, p.65) alerta para a necessidade de o homem contemporâneo ter espírito crítico para selecionar os conteúdos disponibilizados nos meios digitais:

*Cultura é memória*, pois é a cultura de uma sociedade que fornece os *filtros* através dos quais possam exercer o seu *poder de seleção* realizando as escolhas que determinam aquilo que será descartado e aquilo que precisa ser guardado ou retido pela memória porque, sendo operacional, poderá servir como informação importante para decisões futuras. [Grifo do autor]

Bellei (2002, p.139) também aborda este aspecto ao afirmar que “[...] a nova tecnologia não é apenas uma ferramenta que produz certos efeitos, mas é também um agente capaz de modificar a conduta do homem, afetando-o com a atrofia da verdadeira memória, que é interna[...]”. A capacidade seletiva, uma das mais importantes funções da memória, vem sendo esquecida. A dinâmica da informação é muito acelerada, o que hoje é conhecimento, amanhã já se tornará obsoleto, e com isso, o homem contemporâneo se vê impelido a consumir a informação de forma acrítica. Conforme o autor, atualmente o homem sofre, não por falta, mas por

excesso de informação. Se por um lado essa aceleração trouxe benefícios em termos de avanços científicos, por outro trouxe o dilema da saturação da informação, pois os meios digitais possibilitam ao usuário receber, em pouco tempo, um volume inimaginável de informações compartilhada de forma instantânea e globalizada.

O livro também é uma tecnologia que armazena conhecimentos, sendo, portanto, um instrumento que afeta o comportamento de seus usuários. Entretanto, no pólo oposto das novas tecnologias, confere aos homens a capacidade para a leitura crítica das informações. Sua função primordial é conferir ao pensamento da sociedade poder de penetração e disseminação, sendo um recurso da memória que permite ao indivíduo e a sociedade compreenderem suas transformações, aproximando-os das culturas, do conhecimento e do pensamento de seus semelhantes. (DEL CORRAL, 2000).

## 5 O LIVRO : PASSADO, PRESENTE E FUTURO...

A invenção de Gutemberg acrescentou uma nova dimensão à civilização da escrita, e a história do livro esteve sempre associada a dispositivos de escrita ou de leitura. O conceito de livro, como impresso e sobretudo em papel, deriva do modelo do *códice* (*códex*) cristão (as escrituras sagradas), que foi um formato característico de manuscrito em que o pergaminho (papel feito de couro) era retalhado em folhas soltas, dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão de cadernos. Estes cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação. (CHARTIER, 1999).

Segundo Machado (1994, p. 205), “[...] o livro também esteve associado ao trabalho do copista ou escribas que reproduziam textos, em que o autor apenas ditava seus pensamentos [...]”. Eles escreviam em rolos de pergaminho, em papiro (papel feito de vegetal) e em papel de linho (papel de tecido). Até o século XV, toda literatura existente era criada para ser recitada em público, e é por isso que o livro não pode estar associado apenas ao registro da palavra escrita. Nas sociedades orais os velhos eram considerados livros vivos, eram os homens memória. Se fossem perdidas todas as cópias impressas do livro sagrado dos indianos, não haveria problemas para sua reconstituição, pois todo cidadão indiano sabe o texto de cor. Outro exemplo é tratado no filme *Fahrenheit 451*, de François Truffaut, baseada numa fábula de Ray Bradbury, onde para resistir ao regime ditatorial, que colocou o livro na ilegalidade e ordenou a queima de todos os volumes, os cidadãos decidem decorar o texto integral de um livro, de modo a preservar o seu conteúdo. (MACHADO, 1994).

A história do livro tem cerca de seis mil anos. Ele é o primeiro suporte de informação e comunicação de massa que ao longo da história foi adquirindo diferentes formatos. Desde o suporte de barro, na remota Suméria, passando pelo papiro dos egípcios, pelo pergaminho dos judeus, pelo papel de trapos (papel feito de tecido) dos árabes, e o de nossos dias, confeccionado em papel de celulose, o livro, apesar de ter sua forma variável ao longo dos milênios, se manteve como um porta voz do pensamento humano. Através da leitura de seus registros, resgata-se a memória de uma cultura. (CAMPOS,1994).

Numa visão mais ampla, o livro pode ser definido como sendo todo e qualquer dispositivo através do qual uma civilização grava, fixa, memoriza, para si e para futuras gerações o conjunto de seus conhecimentos, suas crenças, ideais e experiências. Mais que um objeto, o livro é uma entidade que institui valores comunitários e identidades grupais e individuais. Eles compartilham as lutas, as mudanças sociais e, ao pensar em um livro, estaremos assimilando a sociedade que o criou. Seu desenvolvimento, sua cultura e sua identidade. Bauman (2000, p.101) clarifica esta idéia:

Os livros estão condenados a compartilhar o destino das sociedades das quais são uma parte. Quando pensarmos em livros, vamos pensar primeiro em sociedade. Quando nos preocuparmos com o futuro dos livros, vamos olhar mais de perto para a sociedade e suas tendências. Para produzir livros ajustados à sociedade em que vivemos, vamos tentar evitar que essa sociedade se torne inadequada para os livros.

A abordagem de Bauman também reporta para duas, entre as cinco, leis de Ranganathan, bibliotecário indiano que sumarizou o papel do livro dentro de uma sociedade. Uma lei diz que “para cada leitor o seu livro”, a outra lei diz que “para cada livro o seu leitor”, ou seja, todos os indivíduos, inseridos em sua comunidade,

com suas crenças e visões de mundo, devem ter acesso ao conhecimento e, por estarem inseridos em seu contexto cultural possuem necessidades diferentes.

E neste início de século, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação gerou profundas transformações na organização da sociedade e da maneira de viver individual e coletiva, onde a velocidade e a globalização da informação alterou as formas de fluxo e recepção do conhecimento gerando então um novo suporte de informação: o computador com todas as suas possibilidades de armazenamento e manipulação da informação. Neste novo contexto, onde um grande número de atividades e funções humanas são incorporadas ao computador, é conseqüência que o livro também tenha de se adaptar a esse novo suporte.

É a nova realidade virtual que Lévy (1996) explica como sendo “[...] um processo de transformação de um modo de ser em outro [...]”. O livro encontrado na Internet não está em papel impresso, mas pode ser acessado em qualquer língua, em diferentes lugares e por diversas pessoas ao mesmo tempo. Ao invés do livro impresso, o livro digital na versão eletrônica, em CD-ROM, que pode ser lida em microcomputadores, de mesa ou portáteis. O passo seguinte é o e-book, o livro em formato digital, que pode ser visualizado através de um computador associado a um equipamento informático especificamente desenhado para a leitura de livros desta natureza.

Chartier (1999, p.104) afirma que “[...] o livro eletrônico torna possível a disponibilidade universal do patrimônio escrito [...]”. Sem materialidade, sem localização, o texto em sua representação eletrônica pode atingir qualquer leitor

dotado do material necessário para recebê-lo. Esta realidade se aproxima do antigo sonho do escritor Jorge Luis Borges, o de criar uma biblioteca universal que disponibiliza todos os livros para qualquer pessoa, em qualquer lugar do planeta.

O processo de transformação gera inquietações, pois o computador pode afetar o livro de duas maneiras distintas, a primeira apenas reproduzindo-os no meio eletrônico, em lugar da página, uma tela, o que na verdade traria mais benefícios que prejuízos. A segunda maneira é a que reserva uma grande preocupação, que é a possibilidade de modificá-lo de forma radical, transformando-o em hipertexto. (BELLEI, 2002). Uma nova realidade onde o leitor tem a possibilidade de construir um texto novo a partir de fragmentos recortados e reunidos de uma escrita. Ele pode a todo instante intervir sobre os textos, modificá-los, reescrevê-los, fazê-los seus.

Seguindo esta abordagem, o autor também alerta que a revolução do texto eletrônico é uma transformação radical nos modos de organização, estruturação e formas no suporte que transmite o escrito. Compreende-se nesse aspecto, a noção de *copyright*, entendido como um direito à propriedade de um autor sobre o original de uma obra, que se perde com os atuais modos de constituição dos bancos de dados.

Com ou sem Internet a permanência do livro sofre duras críticas e, mesmo que a história cultural nos mostra que um veículo não substitui outro, ele divide a opinião dos estudiosos. Conforme nos explica Campos (1994, p.221) um dia talvez “[...] o livro venha a ter sua forma atual substituída por outra, mais rápida e mais barata, mas seguirá sendo livro, como foi o *códex* em substituição ao *volumen* (livro em

formato de rolo) [...]”. Para Machado (1994, p.212) dentro de mais algum tempo, “[...] muitas bibliotecas não terão sequer um único livro impresso para expor em suas prateleiras, uma quantidade cada vez maior de livros é editada em videocassetes, em disquetes ou em CDROMs, o movimento nesse sentido é irreversível [...]”. Independente das discussões sobre o futuro do livro, o que a história nos mostra, é que a era informacional é resultado do livro e do saber readquirido através dele por leitores inventivos e criadores.

Hoje, o livro responde às necessidades culturais do indivíduo, e sua permanência, na sociedade do futuro, se deve não só a tudo que ele, historicamente, representou, mas também porque a mensagem de um livro, seja racional, prática ou emocional é sempre de ordem intelectual. O livro durará na forma que assumiu há vários séculos, porque sempre haverá alguém que prefira a intimidade com o autor através de suas páginas. Freitag (2000, p. 115) ilustra de forma muito clara esta idéia:

Há aqueles que preferirão ler uma peça de Shakespeare, impressa em papel machê, outros darão preferência ao vídeo: terceiros, por sua vez, querem ouvir a voz de Lawrence Olivier, acompanhando as palavras sonoras com a leitura do texto. Mas também pode haver aqueles que querem sintetizar tudo isso num CD-Rom tecnicamente perfeito em que todos os seus sentidos estarão ativados: os olhos, os ouvidos e sua mente. De minha parte, prefiro levar o *King Lear* para a cama, no exemplar de couro perfumado que herdei de minha avó materna. [Grifo do Autor].

Interessante, nesse aspecto, registrar a opinião de William Gates, proprietário da Microsoft que em 1999 justificou que ler em um computador é, sem dúvida, uma experiência muito inferior que ler em papel. “[...] Até eu, que tenho a minha disposição os mais caros computadores prefiro imprimir os textos que possuem mais de quatro ou cinco páginas [...]”. (MARTINEZ, 2004).



O homem contemporâneo, mesmo tendo acesso à facilidade das novas tecnologias digitais para armazenamento e transmissão de informações, tem a satisfação intelectual e estética de ter, manusear e ler livros. A leitura nesse contexto se configura não apenas como um processo cognitivo de compreensão de sinais e símbolos, mas como parte do processo de conhecimento, de constituição de identidade individual e social, e assim como a memória, a leitura livra o homem do esquecimento.

## **6 O LIVRO E A MEMÓRIA SOCIAL NA ERA DA INFORMAÇÃO: CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO**

Os elementos básicos formadores do processo de comunicação são o contexto histórico, os canais de informação e o homem. A informação documentária pode estar contida em qualquer coisa que o ser humano desenhe, pinte, escreva ou transmita através de outros meios. A linguagem, os signos e os símbolos não formais são formadores de um sistema de ordenação da memória social. O poder da fala, das imagens e da escuta são ferramentas da mente para armazenar o conhecimento e as idéias.

O processo de transmissão da cultura de uma sociedade precisa ser passado de uma geração à outra através de ferramentas de informação, que ao longo da história foram se adaptando para acompanhar as etapas de desenvolvimento contínuo da sociedade. São as etapas da oralidade, da escrita (da imprensa) e da eletrônica. Estas etapas abrangem um longo processo de adaptação, invenção e inovação. Segundo McGarry (1999, p. 65) “[...] estas etapas não possuem pontos exatos de inflexão no tempo, porque apesar da fase oral ser considerada a primeira, ela existe na contemporaneidade mais forte do que nunca [...]”.

Lévy (2000, p.17) também esclarece que a humanidade desenvolveu três tipos de relação com o saber. Na oralidade, o saber era um ritual místico. Cita um ditado africano que diz que, quando um velho morre, é uma biblioteca que pega fogo. O segundo tipo de relação é a escrita, o saber trazido pelo livro, onde o conhecimento é representado pelo intérprete. Com o advento da imprensa, surgem as bibliotecas,

onde a informação remetia de um livro a outro. O último tipo de relação com o saber está ligado, na contemporaneidade, as novas tecnologias, onde o conhecimento se encontra no espaço cibernético.

Este processo de desenvolvimento contínuo das ferramentas utilizadas na transmissão de informações também representa as mudanças por que passaram seus criadores. É importante assinalar que estas etapas não possuem pontos exatos de temporalidade. Uma nem sempre substitui totalmente a outra. Elas podem coexistir de forma complementar. Na atualidade, são fontes todos os materiais que trazem informação e transmitem o conhecimento, como as fontes bibliográficas, as organizações, as pessoas, a fotografia, a música, a internet e qualquer suporte que preencha uma lacuna ou necessidade que está diretamente ligada às exigências de saber do indivíduo. (LEVY, 1995).

As concepções de identidade cultural vêm transformando-se ao longo do processo de desenvolvimento do homem. O uso das novas tecnologias tem propiciado uma nova concepção de memória, favorecida pela digitalização de informações e imagens e também pela suposta capacidade sem fim de armazenamento de dados. Essa capacidade infinita da ampliação da memória – embora contraditoriamente destituída de lembranças – nega o homem como suporte de sua memória.

Esta memória está sendo forjada com base no saber informatizado e encontra-se quase que totalmente objetivada em dispositivos técnicos. Conforme Lévy (1999, p. 101) “[...] A memória, ao informatizar-se é objetivada a tal ponto que a verdade

pode deixar de ser uma questão fundamental, em proveito da operacionalidade e velocidade [...]”. Para o autor, ela está calcada em modelos, antigas teorias, onde segundo ele, não estão inscritos no papel, mas na dinâmica de um computador. Um modelo digital não é lido ou interpretado como um texto tradicional, ele é explorado de forma interativa e será útil, eficaz ou pertinente conforme a necessidade do usuário. Ou seja, a verdade crítica nesta nova ênfase, está voltada mais para os fatores que possam intervir na avaliação de um modelo. Não se critica o conteúdo das informações, corrigem-se os erros.

Ainda seguindo esta abordagem, os conhecimentos adquiridos com ajuda de programas de simulação, programas com capacidade para simular o ambiente e suas reações, podem ser separados dos indivíduos e da coletividade que os haviam produzido, depois recompostos, modificados, comparados e difundidos livremente. Estas tecnologias oportunizam uma memória informacional computadorizada, como aquela capaz de acumular, homogeneizar e traduzir a memória social. (LEVY, 1999).

Entretanto, em qualquer tempo, a memória é evocação do passado. Lembrar e esquecer são componentes do processo de atualização do passado. É a memória que dá existência ao indivíduo dentro de um contexto cultural. Contida em uma máquina, ela se torna virtual e se afasta do indivíduo. Neste caso, a memória encontra-se objetivada em dispositivos automáticos. Ela acumula registros, diferente da memória humana, onde são necessárias conexões, ligações afetivas para que as lembranças ganhem sentido.

Conforme Ribeiro (2003) nos explica:

Confrontamo-nos com uma nova possibilidade de memória que não é aquela calcada na tradição dos documentos e da oralidade, como também na seleção e no esquecimento, mas sim, a que oferece, pela rede, a capacidade da democratização das informações e de realização plena de um novo humanismo através das novas tecnologias da informação.

O autor nos permite reconhecer que a informática não é apenas tecnologia; trata-se de uma nova linguagem, capaz de oferecer uma memória informacional automatizada, introduzindo mudanças na construção da memória do homem contemporâneo e construindo um novo sentido para individualidade. Neste contexto, a construção da identidade cultural da sociedade passa a conter múltiplas idéias, incluindo, sem hierarquia, histórias de vida dos indivíduos de todos os segmentos da sociedade, e no qual a história de cada um será a construção do coletivo. O resultado será uma memória social construída a partir da diversidade (cultural, social e individual), pois as tecnologias consolidam um espaço democrático, descentralizado e aberto para a construção da memória social.

O livro continua fazendo parte da construção dessa memória social. Ele tem, na contemporaneidade, não apenas o papel de formador de culturas homogêneas, mas de um instrumento para a construção de identidades múltiplas, segundo a lógica do processo de universalização. Nesse processo, visto que esta globalização está voltada mais para o mercado econômico do que para a construção de uma igualdade social, o livro, em qualquer que seja a sua forma, mantém seu papel de registrar os valores que definem o melhor do espírito humano: a linguagem, a imaginação, a justiça e a busca de igualdade no acesso às informações.

A convivência de forma racional e combinada entre o livro e os diversos suportes do conhecimento disponível na atualidade é fundamental, pois segundo Del Corral (2000, p.134) “[...] cada uma destas ferramentas desempenha um importante papel na democratização do pensamento crítico e também na construção da diversidade cultural [...]” para assegurar aos indivíduos e à sociedade da informação um futuro com memória.

É reconhecida a dificuldade e os perigos associados ao caráter efêmero das informações digitais, devido às dificuldades de sua conservação. No contexto eletrônico deve-se considerar além da preservação física dos meios (disquetes, fitas, CD’s, etc.), também a necessidade de migração dos formatos codificados, porém ultrapassados, ou a capacidade de re-interpretação no futuro dos formatos armazenados (formatos de texto, banco de dados, etc.). Basta, por exemplo, que todos os computadores e suas memórias, imprevisivelmente, se apaguem, para que todos os dados e conhecimentos armazenados apenas neste meio digital desapareçam. (TEIXEIRA, 2002).

Com efeito, o mundo digital é, essencialmente, um mundo de mudanças e de constante dinâmica onde a tecnologia está em permanente mutação, sendo o ambiente e os objetos digitais sujeitos a revisões e atualizações. A conservação digital, porém, não se limita à questão de selecionar o que deve ser preservado. Ela está relacionada com uma multiplicidade de questões ligadas às técnicas, aos custos, as estratégias e às responsabilidades políticas. Estas preocupações também se estendem à preservação do livro impresso. Tanto na qualidade de sua matéria prima quanto ao seu uso e armazenamento. O trabalho de conservação deve ser

uma medida preventiva, de forma que os objetos digitais e os documentos fiquem ao abrigo de diversos fatores de destruição naturais e artificiais para que possam servir à pesquisa e ao enriquecimento informativo e cultural.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do livro é a história registrada da humanidade com seus tropeços e suas conquistas. Falar no fim do livro impresso, supostamente pela substituição dos novos meios eletrônicos significa falar em perda ou mudança de um objeto precioso, mágico que se transformou em um repositório de tudo o que de melhor foi feito pelo homem nas artes e nas ciências. Conforme as abordagens dos diversos autores, o livro está e continuará infinitamente vivo. As novas tecnologias digitais vieram para dinamizar e democratizar as informações, sendo uma grande aliada do livro na busca de conhecimento.

A permanência do livro como suporte da memória social pode ser justificada de várias formas. Em primeiro lugar, porque a história nos mostra que a chegada de uma nova tecnologia não acaba necessariamente com a outra já existente. A fotografia não matou a pintura, ao contrário, libertou-a. O cinema não eliminou o teatro assim como a televisão não substituiu o cinema. O livro está tão presente na atualidade quanto em tempos mais remotos. Ele já possuiu diferentes formatos, desde o antigo *volumen* até o moderno *pocket* (livro de bolso), sempre se adaptando conforme as necessidades de seus usuários, e sempre sendo um suporte solidário e silencioso da cultura que ele contribui para formar.

Em segundo lugar a leitura de um livro de papel é algo insubstituível, magnífico e prazeroso. Insubstituível porque manusear e manter o contato com suas folhas, com sua tecitura e com seu cheiro peculiar é um fenômeno único. Magnífico porque possibilita uma relação afetiva entre o leitor e a obra. O ato de ler um livro é



prazeroso porque seu conteúdo pode levar a sonhar, imaginar e viajar pelo universo da história com o privilégio de poder escolher a hora e o local da leitura. É evidente que as novas tecnologias estão cada vez mais presentes e operantes em nossas vidas, que o livro digital já é uma realidade, como também são claros os benefícios que a informática trouxe, mas tudo isso não significa que devemos “deletar” toda uma história que é o livro impresso. E o computador se soma aos conhecimentos obtidos em livros e revistas.

A memória eletrônica tem maior capacidade de armazenamento que a memória humana, entretanto essa capacidade é vazia sem a interação do homem com o computador. Diante desta nova perspectiva de construção da memória social, é fundamental que o homem esteja devidamente estruturado para a tarefa de fazer a junção de tecnologia de ponta, pesquisa direta em livros e coleta de depoimentos de pessoas que estiveram diretamente envolvidas na construção da memória social, para só então, com maior fidelidade, iniciar a reconstituição mais detalhada e humanizada dos fatos formadores da história.

São necessárias ações de preservação dos tradicionais e dos atuais suportes nesta nova realidade para, dessa forma, garantir a sobrevivência da memória social, possibilitando aos diferentes grupos documentar suas histórias de vida e preservar o enorme acervo vivo dos modos de viver que a humanidade criou. Estas ações, de ordem técnica e política, devem estar voltadas, entre outras coisas, para a qualidade do papel utilizado na confecção dos livros impressos, no planejamento educacional de como manusear os livros e também na permanente atualização dos suportes tecnológicos.

Por fim, não há como negar que todo este avanço tecnológico se dá em diferentes níveis da sociedade. As discrepâncias sociais e econômicas criaram enormes barreiras ao acesso a estas tecnologias pelos grupos menos favorecidos da sociedade, o que torna a presença e socialização do livro ainda mais pontual. Cumpre lembrar que a verdadeira evolução de uma cultura tem sua essência na democratização da informação e dos meios de aprendizagem. A era informacional não é inimiga do livro, ela tem como aliada as novas tecnologias para universalizá-lo.

Meus questionamentos, origem desse estudo, foram respondidos. Entretanto geraram novas indagações. A mudança do suporte de leitura, do livro para a tela, afeta de que maneira os futuros leitores? Quem são estes novos leitores da sociedade de redes? Que políticas públicas estão sendo elaboradas para incluir os “analfabetos digitais”? Como estão sendo tratadas as preocupações relacionadas com a propriedade sobre os materiais digitais e a proteção dos direitos de propriedade intelectual? Estas questões ficam como sugestão para novas investigações e reflexões sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ANSALDI, Waldo. La memória, el olvido y el poder. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). **Cidade e Memória na Globalização**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A Construção Social da Informação: dinâmica e contextos**. Disponível em: <<http://www.dgzero.org/out01>> Acesso em 21 mai. 2004.

\_\_\_\_\_. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGS) brasileiras. **Ciência da Informação**. Brasília: v.29, n.2, p. 155-167, mai. /ago. 1999.

BAUMAN, Zygmunt. O livro no diálogo global das culturas. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 142, p. 87-101, jul. /set.2000.

BEIGUELMAN, Giselle. **O Livro depois do Livro**. Disponível em <[www.desvirtual/thebook/ebook.htm](http://www.desvirtual/thebook/ebook.htm)>. Acesso em 12 jun. 2004.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. **O livro, a Literatura e o Computador**. São Paulo: EDUC: Florianópolis: UFSC, 2002.

BENJAMIM, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANAVILHAS, João Messias. **A Internet como Memória**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto>> Acesso em 25 set. 2004.

CAMPOS, Arnaldo. **Breve História do Livro**. Porto Alegre: Mercado Aberto /Instituto Estadual do Livro, 1994.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Ordem dos Livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVII**. Brasília: Editora Unb, 1994.

COIMBRA, Carlos Alberto. A Arte da memória e o método científico: da memória artificial à inteligência artificial. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 2, n. 9, p.146-152, 1989.

DEL CORRAL, Milagros. O Livro tem Futuro? A cultura do livro na era da globalização. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.142, p.125 – 134, jul./set. 2000.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória e Refletividade na Cultura Ocidental. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FIGUEIREDO, Nice. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ciência da Informação**. Brasília, v.12, n.2, p. 43-57, jul./dez.1983.

FREITAG, Bárbara. Era ilnformacional e uso do livro. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.142, p.103-116, jul. /set. 2000.

GUTIERREZ PEREZ, Francisco. **Linguagem Total**: uma pedagogia dos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1978.

IZQUIERDO, Iván. **Questões sobre Memória**. São Leopoldo, Editora Unisinos., 2004.

JOHNSON, Steven. **Cultura da Interface**: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

KUMAR, Krisham. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O Poder das Bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

LE COADIC, Yves – François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. As Tecnologias da Informação e a exclusão digital. **Transinformação**, v.14, n. 2, p. 159-165, jul./dez., 2002.

MACHADO, Arlindo. Fim do livro? **Estudos Avançados**. São Paulo: v.8, n.21, p. 201-213, mai./ago. 1994.

MARANHÃO, Tarcila Barros Nunes. **Informação, Sociedade e Tecnologia**. Monografia (Mestrado Interinstitucional em Ciência da Informação). UFMG / UFPI, 2002.

MARTINEZ, Tomás Eloy. **El Libro em Tiempos de Globalizacion**. Disponível em <<http://www.ifla.org/IV/ifla70/prog04.htm>>. Acesso em 15 nov. 2004.

MASSEI, Roberto. **Do Direito à Memória**. Disponível em <[www.avesso.net/memória.htm](http://www.avesso.net/memória.htm)>. Acesso em 25 out. 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A Crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória**. São Paulo: Editora Unesp / Fapesp, 1999.

MCGARRY, Kevin. **O Contexto Dinâmico da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. São Paulo: **Proj.História**, v.10, p. 7 -28, dez / 1993.

POMIAN, Krzytof. Memória. In: **Enciclopédia Eunaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42 (Sistemática), p. 507-516.

PELLANDA, Nize Maria Campos; PELLANDA, Eduardo Campos (Org.). **Cyberspaço**: um hipertexto com Pierre Lévy. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. **Memória e Contemporaneidade**: as tecnologias da informação como construção histórica. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/01.shtml>>. Acesso em 18 ago.2004.

SETZER, Valdemar W. **Dado, Informação, Conhecimento e Competência**. Disponível em: < <http://www.dgzero.org/dez99> > Acesso em 30 mai. 2004.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. (Org.). **A Leitura nos Oceanos da Internet**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias**. São Paulo: Editora Autores Associados, 1997.

TEIXEIRA, Wilza Aurora Matos. Ações de conservação e preservação da memória no contexto digital. **Transinformação**. Campinas, v.14, n. 2, p.179-181, jul. / dez., 2002.

WERTHEIM, Jorge. A Sociedade da Informação e seus desafios. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 29, n. 2, p. 71 – 77, mai. /ago., 2000.